MAURÍCIO GRÖHS
ARUN TOM SEBASTIAN

ARTICULAÇÃO ENTRE DEFESA E POLÍTICA EXTERNA: MECANISMOS INSTITUCIONAIS BRASILEIROS E INDIANOS PARA UMA GRANDE ESTRATÉGIA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Superior de Defesa, como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Altos Estudos em Defesa.

Orientador: Prof. Dr. Welllington Dantas de Amorim

Brasília
2024

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da Escola Superior de Defesa (ESD). É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa. Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do (s) autor (es) e não expressam qualquer orientação institucional da ESD.

Brasília, 14 de novembro de 2024.

ARUN TOM SEBASTIAN – Coronel do Exército Indiano

MAURÍCIO GRÖHS – Coronel do Exército Brasileiro

MAURÍCIO GRÖHS
ARUN TOM SEBASTIAN

ARTICULAÇÃO ENTRE DEFESA E POLÍTICA EXTERNA: MECANISMOS INSTITUCIONAIS BRASILEIROS E INDIANOS PARA UMA GRANDE ESTRATÉGIA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Superior de Defesa, como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Altos Estudos em Defesa.

Trabalho de Conclusão de Curso **APROVADO**:

Brasília, DF, 14 de NOVEMBRO de 2024

WELLLINGTON DANTAS DE AMORIM (PROF. DR.)
Orientador

FÁBIO ALBERGARIA DE QUEIROZ (PROF. DR.)
Membro 1

ANDRÉ DE SOUZA MONTEIRO (CEL EB R1)
Membro 2

Articulação entre defesa e política externa: mecanismos institucionais brasileiros e indianos para uma grande estratégia[1]

Maurício Gröhs [2]
Arun Tom Sebastian [3]

RESUMO

Este trabalho examina os mecanismos institucionais que sustentam a articulação entre defesa e política externa no Brasil e na Índia, explorando seu potencial para o estabelecimento de uma grande estratégia coesa. Dadas as limitações sistêmicas impostas a países que ocupam posições intermediárias na hierarquia de poder global, ambas as nações enfrentam desafios únicos na tentativa de alinhar defesa e diplomacia para alcançar objetivos estratégicos. O estudo identifica características estruturais que facilitam a coordenação interinstitucional, incluindo estruturas específicas dedicadas à defesa no Ministério das Relações Exteriores (ou Ministério de Assuntos Externos, no caso da Índia) e aos assuntos internacionais no Ministério da Defesa, a presença de agentes de ligação entre os dois ministérios, um conselho interministerial, uma rede de adidos militares, além de outras comissões e designações no exterior. Como técnica de coleta de dados, realizou-se revisão de documentos oficiais, buscas em *websites* das agências relevantes e por meio de pedidos de acesso à informação. Os resultados revelam que Brasil e Índia desenvolveram estruturas institucionais que permitem a colaboração entre os setores de defesa e diplomacia, embora existam diferenças notáveis, especialmente nas estruturas ministeriais. Este trabalho não foca na efetividade desses mecanismos; no entanto, os resultados podem servir de base para pesquisas futuras. Considerações importantes para estudos subsequentes incluem o impacto das dinâmicas geopolíticas externas sobre esses mecanismos institucionais e o potencial para a colaboração entre Brasil e Índia como potências regionais no Sul Global.
Palavras-chave: grande estratégia; defesa nacional; política externa.

Articulation between defense and foreign policy: Brazilian and Indian institutional mechanisms for a grand strategy

ABSTRACT

This paper examines the institutional mechanisms that underpin the articulation between defense and foreign policy in Brazil and India, exploring their potential for establishing a cohesive grand strategy. Given the systemic limitations imposed on countries occupying intermediate positions within the global power hierarchy, both nations face unique challenges in aligning defense and diplomacy to achieve strategic goals. The study identifies structural features that facilitate interagency coordination, including specific structures dedicated to defense within the Ministry of Foreign Affairs (or Ministry of External Affairs in India) and to

---

[1] Trabalho de Conclusão do Curso de Altos Estudos em Defesa da Escola Superior de Defesa
[2] Coronel do Exército Brasileiro. E-mail: grohsmauricio@gmail.com
[3] Coronel do Exército Indiano. E-mail: nallooran210481@gmail.com

international affairs within the Ministry of Defense, the presence of liaison agents between the two ministries, an inter-ministerial council, a network of military attachés, and other commissions and assignments abroad. As a data collection technique, a review of official documents was conducted, searches were done on the websites of relevant agencies, and requests for access to information were submitted. Findings reveal that Brazil and India have developed institutional frameworks enabling collaboration between their defense and diplomatic sectors, although notable differences exist, particularly in ministry structures. This paper does not focus on the effectiveness of these mechanisms; however, the findings can serve as a foundation for future research. Key considerations for subsequent studies include the impact of external geopolitical dynamics on these institutional mechanisms and the potential for Brazil-India collaboration as regional powers within the Global South.
***Keywords**: grand strategy; national defense; foreign policy.*
.

1. INTRODUÇÃO

Antes mesmo de se questionar a existência de uma grande estratégia brasileira e indiana, dadas as restrições sistêmicas a países que têm uma posição intermediária na hierarquia de poder mundial, deve-se explorar a viabilidade institucional que permita a articulação entre diferentes políticas públicas, que é a essência de uma grande estratégia.

Neste sentido, tornam-se pertinentes estudos que analisem as principais características do modelo institucional adotado pelos países em tela que estabeleça ou facilite o diálogo entre os atores responsáveis pela formulação das políticas que comporiam uma grande estratégia. Em linhas gerais, podemos entender a grande estratégia como o pináculo da estratégia nacional que estabelece como os Estados priorizam e mobilizam fontes de poder militares, diplomáticas, políticas, econômicas e outras para garantir o que eles percebem como seus interesses.

Dependendo da perspectiva teórica dos atores envolvidos, esses interesses percebidos podem focar em um objetivo mínimo de garantir a sobrevivência do Estado; perseguir interesses domésticos específicos ou coalizões ideacionais; ou, ainda, estabelecer uma ordem regional ou global específica. O "grande" no conceito não deve ser confundido com grandioso ou ambicioso, na medida em que não sugere necessariamente metas expansivas, mas sim a gestão de todos os recursos do Estado em direção aos fins percebidos como prioritários pelo Estado.

Os estudos acadêmicos sobre grande estratégia ganharam novo impulso no final do século XX, após o término da Guerra Fria. O colapso da União Soviética e consequente fim da ordem mundial bipolar contribuíram para a gradual diminuição das restrições sistêmicas, o que permitiu a emergência de temas nas agendas de segurança internacional. Além do aumento da importância conferida a esses temas, novos atores ganharam força no cenário político internacional, bem como os fluxos (de pessoas, de informação, de bens, financeiro etc.) tornaram-se mais dinâmicos e robustos (Braga, 2018; Hobsbawm, 2007; Magnoli, 2013).

O ambiente estratégico contemporâneo é marcado por diversas transformações sistêmicas – o surgimento da Índia, China, Brasil e Turquia, entre outros como atores relevantes; o declínio relativo dos Estados Unidos e da Europa; a transferência relativa do poder econômico para as economias emergentes; instabilidade na Ásia Ocidental e no Norte da África; a crescente agência de atores não estatais; uma população em expansão e demandas urgentes por alimentos, água e energia; crescentes preocupações com a segurança planetária devido às mudanças

climáticas; revolução nos assuntos militares e difusão de tecnologia; a proliferação de armas de destruição maciça; e o terrorismo disperso. Os líderes de governos, da sociedade, das empresas e dos militares enfrentarão os desafios que emergem das complexas interações entre forças econômicas, tecnológicas, sociais e ideológicas que podem ser difíceis de desagregar.

Essa complexidade também se refletiu na literatura acadêmica, como é o caso de estudos da formulação e articulação de políticas públicas em diversos nichos temáticos, que tenham como objetivo construir ou atingir interpretações de interesses nacionais. Com isso, o tema de grande estratégia, em um contexto de novos desafios no cenário doméstico e internacional, voltou a ser frequentemente pesquisado. Entretanto, países do Norte foram priorizados na escolha dos casos empíricos, uma vez que são Estados com maior capacidade de influenciar o sistema internacional e o comportamento dos demais atores. Consequentemente, também são mais capazes de implementar com sucesso uma grande estratégia (Silove, 2018).

O estudo da grande estratégia no Brasil em contraste com a Índia pode contribuir de variadas formas para as Ciências Militares e Estudos de Defesa, a começar pelo desenvolvimento de produção de literatura sobre o tema, que possibilite futura análise crítica sobre a elaboração das políticas públicas nacionais. Durante a pesquisa bibliográfica, percebeu-se que a maioria da literatura disponível é proveniente de fontes externas, havendo uma lacuna na academia nacional brasileira. O mesmo se aplica ao caso indiano - o termo "estratégia de segurança nacional" é relativamente novo no léxico da política indiana. É usado de forma intercambiável com a "grande estratégia", isto é, a aplicação dos vários recursos da nação para fins de segurança, onde a segurança é entendida como a proteção do território e do modo de vida político e social dentro desse território, a promoção do bem-estar econômico e um equilíbrio do poder nacional em relação a outros estados soberanos (Bajpai, 2012, p. 41).

Além da falta de prioridade conferida a estudos empíricos de grande estratégia de países com menor capacidade relativa (militar, econômica, política, social ou simbólica), questiona-se conceitualmente se esses Estados podem ter uma grande estratégia ou se é privilégio de potências mundiais (Balzaqc et al., 2019). O novo cenário de poder surgido com o fim da Guerra Fria ficou marcado pela multipolaridade, com a emergência de atores, o que demandou aprofundamento epistemológico sobre a grande estratégia, uma vez que a postura desses Estados está intrinsecamente ligada à articulação entre os setores domésticos para desenvolvimento de capacidades que permitam alcançar projeção externa.

Esta pesquisa busca contribuir para a literatura de estudos empíricos que versem sobre Brasil e Índia. Entende-se que os dois países podem ser enquadrados no chamado Sul Geopolítico, conceito estabelecido por Braga (2018), que abrange um conjunto heterogêneo de países em desenvolvimento com algumas características comuns, como vontade de protagonismo regional e global, capacidades estatais relativas, intenção política de pensar-se autonomamente e participação em mecanismos internacionais. Trata-se de um contraponto ao conceito "Sul Global" criado pelos países do Norte, que reflete a percepção daqueles sobre o Sul, tendo uma conotação de menor relevância dos países do Sul. O Sul Geopolítico, por seu turno, desvela uma visão geopolítica própria, de "dentro para fora", colocando estes Estados como atores protagonistas no cenário internacional, não apenas como 'massa de manobra' das intenções geopolíticas dos Estados do Norte. Este conceito está ligado à criação de uma identidade de Estado forte capaz de se autodeterminar no cenário global.

O estudo da grande estratégia de países do Sul Geopolítico tem maior relevância, a partir do momento em que esses países se tornaram mais ativos na política internacional (Layton, 2012; Milevski, 2016). Diversos são os fatores que enquadram os países no conceito adotado por Braga (2018). Os dois países possuem desafios de desenvolvimento semelhantes, como desigualdades sociais e insegurança alimentar por parte da população. São atores que almejam maior participação nos processos decisórios de nível global, o que fica evidenciado na participação no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) como membros não permanentes - o Brasil já ocupou esse assento em 11 ocasiões e Índia em 8, sendo a última delas recente em ambos os casos (biênio 2022-2023 e biênio 2021-2022, respectivamente)[4]. Brasil e Índia também pleiteiam reforma do CSNU para maior representatividade dos países do Sul entre os membros permanentes.

Adicionalmente, os dois países fazem parte de diversos mecanismos inter-regionais de geometria variável, como BRICS[5], IBAS[6] e G-20 (neste último, o Brasil tem a presidência rotativa desde dezembro de 2023 e irá sediar a Cúpula anual em 2024). Por fim, Brasil e Índia

---

[4] Disponível em: <https://www.un.org/securitycouncil/content/countries-elected-members>. Acesso em 13 mar. 2024.
[5] Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.
[6] Índia, Brasil e África do Sul.

são potências econômicas regionais - maior economia da América Latina[7] e maior economia da Ásia Meridional[8], respectivamente, segundo dados do Banco Mundial. Em 2022, a Índia era a quinta maior economia do mundo e o Brasil a décima primeira[9].

No caso da Índia, muitas vezes houve críticas, especialmente no Ocidente, quanto à inexistência de uma grande estratégia ou à ausência de pensamento estratégico no país. Ao contrário dessas premonições, o país possui uma rica herança para se basear na conceituação de grande estratégia, um fato para o qual o mundo está despertando. Pensamento e prática estratégica indiana, em relação ao seu núcleo de interesses e periferias vitais, são muitas vezes marcados por um constante equilíbrio e também devem ser entendidos a partir de sua política interna. No entanto, como é o caso de muitos países do Sul global, há uma falta de mecanismos institucionalizados e literatura bem definida que contribua para uma visão mais aprofundada da cultura estratégica da Índia; uma questão que esta pesquisa tentará contribuir.

Considerada a relevância de estudos de grande estratégia de Brasil e Índia, elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: quais são os mecanismos institucionais de articulação da política externa e de defesa no Brasil e na Índia que podem contribuir para o desenvolvimento de uma grande estratégia? A partir desta questão, foi definido o objetivo geral: apresentar um contraste entre os mecanismos institucionais de articulação entre defesa e política externa brasileiros e indianos. Como objetivos específicos, foram estabelecidos os seguintes: apresentar as principais tendências e conceitos sobre o tema a partir de uma revisão abrangente da literatura existente; identificar os mecanismos institucionais que permitam a articulação da política externa e de defesa no Brasil; e identificar os mecanismos institucionais que permitam a articulação da política externa e de defesa na Índia.

No que tange à metodologia, tratou-se de pesquisa qualitativa descritiva, com caracterização dos mecanismos institucionais existentes e realização de um breve contraste entre os dois casos na conclusão, sem haver aprofundamento sobre funcionamento e efetividade destes mecanismos. Adota-se aqui um estudo de caso comparado de Brasil e Índia, como forma

---

[7] Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2022&locations=ZJ&most_recent_value_desc=true&start=1989&view=chart. Acesso em 14 mar. 2024.
[8] Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2022&locations=8S&most_recent_value_desc=true&start=1989&view=chart. Acesso em 14 mar. 2024.
[9] Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?most_recent_value_desc=true. Acesso em: 14 mar. 2024.

de enriquecer a explanação com a apresentação de contrastes entre as estruturas de diálogo existentes nos dois países. Segundo Gerring (2007, p. 212), o estudo comparado compreende a análise focada em um pequeno número de estados onde "a variação espacial assume um formato de maior similaridade". Neste estudo, ficou evidenciado que Brasil e Índia possuem estruturas semelhantes passíveis de serem contrastadas.

No que concerne a técnica de coleta de dados, foi realizada, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica sobre o tema. Buscava-se aumentar o entendimento sobre o conceito de grande estratégia e sobre a importância da articulação entre diferentes áreas na persecução de objetivos estatais, especificamente defesa e política externa. Uma vez que se considera a política externa e a de defesa como políticas públicas, refuta-se o modelo do ator racional, discutido por Allison (1971), para adotar uma leitura mais próxima dos modelos de comportamento organizacional e de políticas públicas, cujas abordagens retratam o Estado como ente formado por órgãos e agentes atuantes de modo autônomo e inter-relacionado. Nesse sentido, Carlnaes (2008) defende a necessidade de utilização de estruturas integradoras, em que atores e órgãos não sejam vistos como excludentes um do outro, mas como entidades constitutivas e interativas.

Com base nestas premissas, buscou-se identificar estes mecanismos institucionais no Brasil e na Índia, que é o core da presente pesquisa. Inicialmente, foi elaborado um questionário inicial para balizar a busca[10]. Ao mesmo tempo, legislações e *websites* oficiais de órgãos institucionais dos dois países foram consultados. A partir de uma visão geral estabelecida, foram realizados pedidos de informação detalhados a diferentes órgãos[11].

Procurou-se identificar a existência de uma estrutura própria para pensar diplomacia no MD e, do mesmo modo, para pensar defesa no MRE, a hierarquia dessas seções dentro de cada ministério, os efetivos e o posto/cargo dos chefes e demais integrantes, a fim de verificar o valor institucional dado para essas áreas dentro de cada ministério. Com base na vivência profissional dos autores, chefias com cargos mais altos, bem como maior presença de oficiais generais e superiores podem indicar maior relevância de determinado órgão dentro da estrutura do ministério. Entretanto, é necessário enfatizar que pesquisas mais aprofundadas, considerando estes e outros aspectos, seriam pertinentes com o intuito de confirmar ou refutar esta ideia.

---

[10] Relação de perguntas consta no Apêndice A.
[11] Relação de pedidos realizados por meio do Fala.BR consta no Apêndice B.

No intuito de verificar a presença de um elemento que facilite a comunicação e o alinhamento de agendas, questionou-se sobre a existência de diplomata (s) trabalhando no MD ou de militar (es) trabalhando no Itamaraty, assim como se investigou sobre a existência e características de possíveis Conselhos de Defesa ou órgãos similares. Por fim, pensando no ambiente internacional, levantou-se a distribuição geográfica de adidos militares, bem como a designação de militares de mais alto nível hierárquico em outras representações. Na medida em que a defesa nacional é voltada para o exterior e depende da percepção das ameaças externas, a presença de agentes de defesa ligados aos agentes externos da diplomacia em diversos países, facilita o diálogo, bem como a percepção de ameaças e oportunidades. Os dados obtidos foram consolidados conforme apresentado nos itens 2.1 (Brasil) e 2.2 (Índia) a seguir.

2. MECANISMOS INSTITUCIONAIS PARA GRANDE ESTRATÉGIA

Inicialmente, é preciso tratar do conceito de grande estratégia. Após a Guerra-Fria houve uma avalanche de teorizações acerca da grande estratégia no meio acadêmico, ficando contraproducente a tentativa de abranger todos os seus vieses (Milevski, 2016, p.127). Silove (2018) alerta que não há um consenso ou uma definição soberana, havendo grande número de definições divididas em três linhas mestras: (a) plano deliberado e detalhado concebido por indivíduos da alta política; (b) conjunto de princípios conscientemente usados por estes indivíduos em suas tomadas de decisão; (c) padrão de comportamento de um Estado.

A primeira linha está baseada na existência de grandes planos de diversas áreas temáticas (elaborados pela alta política) que visam a coordenação do uso eficiente das capacidades de um Estado para atingimento de seus objetivos. Pela segunda perspectiva, não há um grande plano formal, mas um conjunto de princípios norteadores que guiam as decisões políticas do Estado. Pelo terceiro entendimento, de cunho histórico, a grande estratégia seria definida em função do padrão de comportamento do Estado ao longo do tempo. Independente da perspectiva, há alguns elementos considerados por boa parte dos estudiosos, como a interconexão entre o interno e o externo, a abrangência de diversas áreas temáticas e a definição dos interesses nacionais. (Amorim, 2016; Silove, 2018; Alsina Junior, 2018).

Em relação a interconexão entre interno e externo, Hal Brands (2011, p.44) define grande estratégia como uma “relação entre meios e fins, um processo pelo qual uma nação aproveita e

aloca seus recursos para atingir objetivos internacionais". Nesse raciocínio, a grande estratégia seria mais ampla que a política externa, já que integra os recursos internos disponíveis com oportunidades externas, visando a defesa dos interesses do Estado e, dessa forma a conexão entre o interno e o externo é basilar para qualquer grande estratégia (Alsina Júnior, 2018). Grande estratégia não pode ser confundida com estratégia, política e política externa, apesar de compartilharem alguns aspectos. Estratégia tem escopo mais restrito, por focar apenas na aplicação de recursos voltados para um fim, enquanto a grande estratégia abarca também a forma de desenvolvimento e alocação dos meios (Layton, 2014, p. 56-57). Grande estratégia é mais ampla que política e política externa, podendo ser entendida como um conjunto de premissas fundamentais e princípios norteadores destas, estabelecendo os rumos a serem tomados e interesses a serem defendidos na atuação política (Milevski, 2016, p. 128-129).

Em linhas gerais, a grande estratégia supõe a definição de prioridades em diversas áreas, especialmente política, defesa, política externa, econômica e social, implicando também em desenvolvimento de capacidades materiais em diversos campos (tecnológico e militar, por exemplo) e valorizando as parcerias público-privadas e a cooperação internacional. O estabelecimento de prioridades e o desenvolvimento de capacidades permitirá a projeção das ambições do Estado em âmbito regional e global. Alguns autores apontam ainda as relações civis-militares como relevantes para a grande estratégia, devido à importância do componente militar para a defesa e projeção de poder do Estado e ao fato de as elites civis terem a capacidade de limitar a atuação política e material das Forças Armadas (Alsina Júnior, 2018; Amorim, 2016; Brands, 2011; Milani et al, 2017; Silove, 2018).

Para o presente estudo, grande estratégia é entendida como um conjunto de ações baseadas na interpretação dos interesses nacionais pelas elites governantes e sistematização dessa interpretação em políticas e planos visando a persecução de tais interesses. Nesse sentido, supõe a articulação de diversas áreas, especialmente política, defesa, política externa, econômica e social, visando o desenvolvimento de capacidades materiais em diversos campos (Alsina Júnior, 2018; Amorim, 2016; Brands, 2011; Milani et al, 2017; Silove, 2018).

Cabe salientar que este estudo foca em apenas duas áreas: defesa e política externa. Apesar de a grande estratégia ser composta, também, de outros campos, destaca-se que tanto a política externa como a defesa são políticas públicas permeadas simultaneamente pelo contexto político doméstico e pelo internacional, o que reforça a importância dos mecanismos de diálogo

ora investigados. Neste sentido, Alsina Júnior (2003) destaca a relevância de defesa e política externa nos assuntos de qualquer Estado e entendem que os demais campos devem estar integrados a elas, especialmente quando pensados sob a ótica da grande estratégia e da projeção dos interesses nacionais. Ao analisar a instrumentalidade da força militar na política externa brasileira, Alsina Jr (2003, p. 187) sugere alguns parâmetros a serem considerados, como "existência de mecanismos formais e informais de diálogo entre as burocracias envolvidas na formulação e na implementação das duas políticas" e a necessidade de congruência entre política de defesa e política externa, "de modo que uma não venha a minar a outra".

Celso Amorim (2015), por seu turno, sinaliza que a atuação diplomática do Brasil deve pautar-se no que considera dois pilares de uma grande estratégia brasileira: a proteção dos interesses nacionais e a contribuição para a paz mundial. E, para isso, o país "deve adotar uma grande estratégia que conjugue política externa e política de defesa", mediante "amplo diálogo público acerca de nossos desafios e prioridades, que envolve os meios políticos, diplomáticos e militares". Para o autor, a defesa é fundamental para o desenvolvimento econômico e social brasileiro, que "obrigatoriamente passa pela eliminação de obstáculos externos ao crescimento e projeção internacional do país" (Amorim, 2016, p. 306). Nesse sentido, a política externa e a de defesa devem considerar o ambiente externo, a pluralidade de atores e os interesses governamentais e não-governamentais, conforme Milani e Pinheiro assinalam (2013).

Por fim, trata-se do conceito de mecanismos. O processo de interpretação de interesses nacionais e o estabelecimento de estratégias nacionais será sempre permeado pelo jogo político existente entre os diversos atores de diferentes áreas temáticas. A possibilidade de atuação destes atores depende dos mecanismos instituídos que permitam o diálogo entre eles. Mecanismo pode ser considerado como uma equipe constituída (comissões, grupos de trabalho, conselhos, entre outros), uma rede de relacionamentos, formais e informais, ou, ainda, uma burocracia (Alsina Júnior, 2009; Proença Junior e Diniz, 1998). Subirats *et al,* (2008, p. 55-56, tradução nossa) definem o espaço de uma política como o "âmbito mais ou menos estruturado, formalizado e povoado por atores públicos que interagem com diferentes graus de intensidade com atores não públicos, possibilitando estratégias alternativas de ação". Com base nestes conceitos, estes autores consideram como mecanismo toda estrutura institucional que possibilite a interlocução entre diferentes tipos de atores sobre temas relacionados à grande estratégia, mais especificamente às áreas da defesa e da política externa.

A identificação dos mecanismos de diálogo existentes entre defesa e política externa abre caminho para estudos sobre a qualidade deste diálogo ou que ampliem sua abrangência com inclusão de outras áreas temáticas igualmente importantes para a grande estratégia. Estabelecidas as bases teóricas, parte-se para a apresentação dos resultados de pesquisa, dividida em dois subitens, o primeiro tratando do caso brasileiro, o segundo do caso indiano.

2.1 MECANISMOS INSTITUCIONAIS BRASILEIROS PARA GRANDE ESTRATÉGIA

Esta seção aborda a análise empírica do caso brasileiro e está dividida em seis subseções: 1) Estrutura organizacional do Ministério da Defesa; 2) Estrutura organizacional Ministério das Relações Exteriores; 3) Conselho de Defesa Nacional; 4) Adidos militares; 5) Dimensões adicionais da diplomacia de defesa; 6) Formulação dos documentos declaratórios de defesa.

2.1.1 Estrutura organizacional do Ministério da Defesa

Na estrutura organizacional do MD (Quadro 1, Apêndice C) há órgãos próprios para pensar diplomacia. A Chefia de Assuntos Estratégicos (CAE) tem como competências, entre outras, assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) nos temas relacionados aos assuntos internacionais, bem como coordenar representações de interesse da defesa em organismos, no País e no exterior[12]. Foi realizado um levantamento dos efetivos da CAE e de outros órgãos de mesmo nível hierárquico, como maneira de identificar o tamanho desta estrutura dentro do ministério em relação às demais (Tabela 1, Apêndice C). Nota-se que a CAE é chefiada por um oficial do mais alto posto do generalato, assim como todas as demais chefias do EMCFA, o que pode sugerir relevância semelhante.

Olhando para a Secretaria Geral, temos a Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD) chefiada por um Tenente- Brigadeiro do Ar da reserva, grau hierárquico inferior em relação ao chefe da CAE. No que tange à força de trabalho total, a CAE tem o terceiro menor efetivo dos sete órgãos considerados, o que pode sugerir menores demandas para esta Chefia. Também é menor o número de oficiais superiores da ativa, quando comparado à Chefia de Operações Conjuntas (CHOC) e Chefia de Logística e Mobilização (CHELOG), o que reforça o argumento. No que tange ao número total de oficiais generais da ativa, a CAE está entre os

[12] Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023.

órgãos com maior efetivo, ao lado de CHOC e CHELOG, o que pode denotar maior relevância das demandas destas três estruturas em relação às demais.

A CAE, por sua vez, está organizada conforme Quadro 2 (Apêndice C), tendo três órgãos voltados para assuntos internacionais: a Subchefia de Assuntos Internacionais (SCAI), a Subchefia de organismos Internacionais (SCOE) e a Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (RBJID) [13], estrutura fixa do Ministério da Defesa em Washington, DC, Estados Unidos, que será abordada no item 2.1.5. De acordo com os efetivos apresentados na Tabela 2 (Apêndice C), percebe-se que SCAI, SCOI e Subchefia de Política e Estratégia (SCPE) são chefiadas por militares da ativa com cargos correspondentes ao nível mais baixo do círculo hierárquico de generais e correspondentes. O número de oficiais superiores também não apresenta diferenças significativas, o que sugere igual relevância dada aos órgãos voltados para o internacional em relação à SCPE.

Além das estruturas apresentadas, a articulação do MD com o MRE pode ser facilitada por um assessor do Itamaraty cedido ao MD. Trata-se de um Ministro de Primeira Classe, que teve sua cessão pelo MRE e nomeação de função no MD definidas por meio de portarias dos respectivos ministérios[14]. Este diplomata tem atribuição de prestar assessoria de alto nível ao Ministério da Defesa nos assuntos internacionais e está lotado na CAE, conforme informações recebidas do MRE e do MD[15].

2.1.2 Estrutura organizacional Ministério das Relações Exteriores

Na estrutura organizacional do MRE, há uma estrutura própria para pensar defesa, conforme organograma (Quadro 3, Apêndice C). O Departamento de Assuntos Estratégicos, de Defesa e de Desarmamento (DDEF) tem como atribuição de "propor e executar diretrizes de política externa em temas relacionados à política de defesa e para a participação do Brasil em reuniões bilaterais, regionais e multilaterais relativas à defesa"[16]. Entre as divisões do DDEF, a

---

[13] Atribuições detalhadas no Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023.
[14] Portaria de Cessão nº 1.619/MRE, de 12 de dezembro de 2023, e Portaria de nomeação CH GAB MD/GM-MD de 13 de dezembro de 2023, função de Assessor - CCE 2.13.
[15] Pedidos de informação por meio do Fala.BR, NUP 60110.002782/2024-81 e 09002.002005/2024-15.
[16] Decreto nº 11.357, de 1º de janeiro de 2023.

Divisão de Assuntos de Defesa (DADF), por seu turno, tem responsabilidade de "coordenar, no âmbito do MRE, a atuação do Brasil junto a seus parceiros internacionais em temas de defesa"[17].

No intuito de identificar a relevância do DDEF no âmbito da Secretaria de Assuntos Multilaterais Políticos (SAMP), foi realizada uma comparação dos efetivos de servidores das carreiras integrantes do Serviço Exterior Brasileiro integrantes deste departamento e dos outros dois de mesmo nível hierárquico, o Departamento de Organismos Internacionais (DOI) e o Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais (DHS). Conforme Tabela 3 (Apêndice C), constatou-se a presença de servidores de cargo de maior nível hierárquico no DDEF em relação aos outros dois, o que pode sinalizar maior relevância deste órgão. A mesma análise foi feita no âmbito do DDEF. A Tabela 4 (Apêndice C) apresenta uma comparação de efetivos das 4 divisões deste departamento, havendo maior peso da Divisão de Assuntos de Defesa em relação às demais, o que pode sugerir maior demanda ou maior relevância das demandas.

Além das estruturas apresentadas, a articulação do MRE com o MD pode ser facilitada por um assessor militar deste cedido ao Itamaraty, lotado na Divisão de Assuntos de Defesa (DADF). Trata-se de um Capitão-de-Mar-e-Guerra que atua na interlocução em temas de interesse comum dos ministérios. Embora não haja normatização que regule a função, tendo o assessor atual sido designado por meio de Ofício[18], esta foi criada em 2013 e tem permanecido desde então[19].

2.1.3 Conselho de Defesa Nacional

Outro mecanismo de diálogo entre defesa e política externa no Brasil é o Conselho de Defesa Nacional (CDN), órgão de assessoramento ao Presidente da República em questões relacionadas à soberania nacional e à defesa que é composto pelo Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal, Ministro da Justiça, Ministro de Estado da Defesa, Ministro das Relações Exteriores, Ministro do Planejamento e Comandantes das FA (CF/88, art. 91).

---

[17] Portaria nº 430, de 22 de dezembro de 2022.
[18] Ofício nº 24866/GAB SCPE/CAE/EMCFA-MD, de 24 de outubro de 2022.
[19] Resposta a pedido de acesso à informação por meio do Fala.BR, NUP 60110.002782/2024-81 (MD) e NUP 09002.001986/2024-75 (MRE).

O CDN reúne-se por convocação do Presidente da República, mas conta com uma Secretaria-Executiva para atividades permanentes, sob responsabilidade do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI)[20]. Identificou-se na pesquisa que este órgão atua apenas como uma espécie de gabinete de crise, não havendo um calendário periódico de reuniões[21]. De 2018 a setembro de 2024, ocorreram apenas quatro reuniões, sempre com a presença dos Ministros de Estado da Defesa e das Relações Exteriores. Duas reuniões convocadas em 2018 trataram da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro[22] e da Intervenção Federal no Estado de Roraima[23], respectivamente. Em 2019, uma reunião foi para tratativas do cunho estratégico da Linha de Transmissão Manaus-Boa Vista (popularmente conhecida como "Linhão de Tucuruí"). Por fim, uma reunião foi realizada em 2020, convocada especificamente para tratar de documentos declaratórios de defesa brasileiros[24].

Embora tenda a ser um órgão de resposta a crises (e não um órgão de natureza voltada para a formulação de políticas que compõe a grande estratégia, com exceção da reunião pontual de 2020), o referido Conselho pode vir a ser um espaço de diálogo e articulação, caso passe a ser convocado com frequência.

2.1.4 Adidos militares

A SCAI é o órgão do MD responsável pela gestão dos adidos de defesa brasileiros, importantes atores na comunicação entre defesa e política externa em outros países[25]. Uma das atribuições do adido militar é buscar, junto às representações diplomáticas, "a orientação necessária para assegurar pleno alinhamento com a política externa brasileira"[26]. Esta atuação contribui para a identificação de ameaças e oportunidades externas e para o alinhamento com a política externa brasileira em prol da defesa dos interesses nacionais. Segundo o MD, a participação articulada de militares e diplomatas facilita a tarefa de defender, no exterior, os

---

[20] Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991.
[21] Resposta a pedido de acesso à informação por meio do Fala.BR, NUP 00137.006197/2024-21.
[22] Informação disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/02/19/conselhos-da-republica-e-de-defesa-nacional-aprovam-intervencao-no-rio-de-janeiro. Acesso em 29 set. 2024.
[23] Informação disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-12/conselhos-aprovam-intervencao-em-roraima-e-decreto-sai-segunda. Acesso em 29 set. 2024.
[24] Resposta a pedido de acesso à informação por meio do Fala.BR, NUP 00137.006197/2024-21.
[25] Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023.
[26] Decreto nº 8.654, de 28 de janeiro de 2016.

interesses brasileiros[27]. Segundo o MRE, o Brasil possui embaixadas em 129 países, além de 71 consulados ou vice-consulados nestes mesmos países. Adicionalmente, há delegações em 17 organismos internacionais, blocos de geometria variável[28].

O Brasil tem, atualmente, adidos militares (com representantes residentes) em 44 países, sendo 13 destes também acreditados junto a um segundo país[29], distribuídos conforme Tabela 5 (Apêndice C). Destaca-se a importância dada ao entorno estratégico, havendo adidâncias em todos os países sul-americanos e em países banhados pelo Oceano Atlântico (Angola, África do Sul, Cabo Verde, Namíbia, Nigéria e Senegal), com os quais há um histórico de acordos de cooperação de defesa, especialmente para atividades de patrulhamento marítimo na costa africana, com foco no incremento da segurança marítima contra novas ameaças (por exemplo, pirataria e contrabando de drogas). A diplomacia militar é um dos meios de aproximação do Brasil com os países africanos no sentido de promover a segurança de suas rotas comerciais, além de incentivar a não proliferação de armas nucleares no Atlântico Sul (os seis países mencionados fazem parte junto ao Brasil da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul).

2.1.5 Dimensões adicionais da diplomacia de defesa

Outros mecanismos de contato de militares das Forças Armadas com o ambiente internacional foram identificados ao longo da pesquisa. Neste sentido, merece destaque Missão Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), sediada em Washington, D.C., Estados Unidos da América. Trata-se da mais robusta representação brasileira em assuntos de defesa no exterior atualmente, contando com 44 militares, sendo dois oficiais generais (01 Major-Brigadeiro e 01 General de Divisão) e 26 oficiais superiores, distribuídos entre a Secretaria Geral da Junta Interamericana de Defesa (JID) e o Colégio Interamericano de Defesa (CID). Adicionalmente, há a Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (RBJID), órgão integrante da estrutura da CAE, também sediado em Washington, que tem como incumbência prestar assessoria militar à Missão Permanente do

---

[27] Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/politica-externa-e-defesa. Acesso em 29 set. 2024.
[28] Informação disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/Embaixadas-Consulados-Missoes/do-brasil-no-exterior. Acesso em 03 out. 2024.
[29] Decreto nº 5.294, de 1º de dezembro de 2004, com as alterações posteriores.

Brasil junto à OEA e representar os interesses do Brasil na Junta Interamericana de Defesa[30]. A RBJID conta com 8 militares, sendo chefiada por um Contra-Almirante e tendo 6 oficiais superiores como assessores técnicos e administrativos[31].

Outra representação brasileira relevante está na Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, Estados Unidos, e nas missões de paz deste organismo internacional. Atualmente, não há oficiais generais em missões da ONU, havendo no Quartel General uma representação de 8 oficiais superiores das 3 Forças Singulares[32]. Adicionalmente, há 81 militares distribuídos em 10 missões de paz, sendo 77 das Forças Singulares e 4 policiais militares. Entre eles, 40 são oficiais superiores, conforme Tabela 8, Apêndice C. O sítio eletrônico do MRE sinaliza a existência de delegações junto à OEA e à ONU, caracterizando-os como *locus* de possível interlocução entre defesa e política externa brasileira[33].

Outro ponto de contato de militares brasileiros com o ambiente internacional são as diferentes representações existentes. Neste sentido, Barros et al (2024) identificaram a presença de 317 militares (sendo 176 oficiais superiores) em curso no exterior entre 2020 e 2023. A partir desta constatação, buscou-se identificar quem são os oficiais generais e superiores desdobrados em cursos de doutorado, mestrado, política e estratégia, bem como aqueles dedicados a funções estratégicas como assessores militares e culturais, entre outros. Estas designações podem indicar os principais países de interesse para a diplomacia de defesa brasileira. Segundo o MD[34], 6 oficiais superiores do nível Capitão-de-Mar-e-Guerra/Coronel são designados pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, por ano, para realização de Mestrado de Defesa e Segurança Interamericanas no Colégio Interamericano de Defesa (CID), sendo 2 de cada Força Singular). Sobre as demais missões, ficam a cargo de cada Força Singular[35].

---

[30] Decreto nº 9.325, de 3 de abril de 2018.

[31] Informações recebidas por meio do Fala.BR, NUP 60110.002940/2024-01 e NUP 60110.002996/2024-58.

[32] Pedido de Acesso à informação por meio do Fala BR, NUP 60110.002976/2024-87 e 60110.002996/2024-58. Distribuição do efetivo: Departamento de Operações de Paz (DPO) - 5 (cinco); Departamento de Apoio Operacional (DOS) - 2 (dois); e Escritório da ONU do Coordenador Especial para o Aprimoramento da Resposta à Exploração Sexual e Abuso (OSCSEA) - 1 (um).

[33] Informação disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/Embaixadas-Consulados-Missoes/do-brasil-no-exterior. Acesso em 03 out. 2024.

[34] Pedido de Acesso à informação por meio do Fala BR, NUP 60110.002976/2024-87

[35] Não foram recebidas informações das forças singulares até o prazo de conclusão deste trabalho. NUP 60143.004417/2024-24: Comando do Exército; NUP 60000.003348/2024-66: Comando da Marinha; NUP 60141.001536/2024-45: Comando da Aeronáutica.

Por fim, a pesquisa identificou uma iniciativa de aproximação dos dois ministérios chamada de "Mecanismo 2+2" ou Reuniões de Diálogo Político-Militar (RDPM). Trata-se de reuniões que incluem os Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores do Brasil com seus congêneres de outros Estados. Não foram identificados registros de ato formal de criação destes mecanismos[36]; entretanto, uma nota à imprensa do MD trata da realização de uma "Reunião do mecanismo de coordenação" entre o MD, MRE e GSI em 2017 e menciona a "I Reunião de Consultas entre o Itamaraty e o MD" em 2016, que teria marcado o início de um ciclo regular de intercâmbio e cooperação interinstitucional para a convergência de agendas internacionais[37], sendo esta fundamental para a consolidação de uma grande estratégia no país.

Em 2017, um mês após a Reunião de Consultas, foi criada a Diretriz de Defesa para a Área Internacional (DIRDAI), que tem entre seus objetivos: ampliação da sinergia entre a política de defesa e a política externa; manutenção pelo MD de um Assessor Militar no MRE; estreita ligação da CAE do MD com a Divisão de Assuntos de Defesa do MRE[38]. Desde 2017, foram realizadas quase 30 reuniões de "Mecanismo 2+2" com 14 países, além da Primeira Reunião Sul-Americana de Diálogo entre Ministros da Defesa e das Relações Exteriores (12+12) em 2023 (Ver Tabela 7 do Apêndice C)[39].

Nessas reuniões de coordenação para atividades comuns no exterior, normalmente participam, pelo MD, o Chefe da CAE e/ou integrantes de outros órgãos, como Subchefia de Política e Estratégia (SCPE), ou Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD). O MRE é, por sua vez, costuma ser representado por integrantes da Secretaria de Assuntos Multilaterais Políticos (SAMP), mais especificamente do Departamento de Assuntos Estratégicos, de Defesa e de Desarmamento (DDEF), da Divisão de Assuntos de Defesa (DADF) e do Departamento de Organismos Internacionais, a depender do nível de coordenação e da pauta. Destaca-se a centralidade da CAE/MD e da DADF/MRE nestas reuniões, dando efetividade ao dispositivo

---

[36] De acordo com respostas recebidas via Fala.BR, NUP 09002002153202421(MRE) e NUP 60110.003043/2024-15 (MD).

[37] Ver: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/reuniao-do-mecanismo-de-coordenacao-entre-o-ministerio-das-relacoes-exteriores-e-o-ministerio-da-defesa. Acesso em 29 set. 2024.

[38] Portaria Normativa nº 49/MD, de 12 de dezembro de 2017.

[39] Em resposta aos pedidos feitos por meio do Fala.BR, NUP 09002.002153/2024-21 (MRE) e NUP 60110.003043/2024-15 (MD). Sobre Reunião 12+12, ver: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-impren out. 2024.sa/primeira-reuniao-sul-americana-de-dialogo-entre-ministros-da-defesa-e-das-relacoes-exteriores. Acesso em 08 out. 2024

estabelecido na DIRDAI. Destaca-se aqui um ponto de contato entre órgãos do MD e do MRE mencionados nos itens 2.1.1 e 2.1.2 deste trabalho.

2.1.6 Formulação dos documentos declaratórios de defesa

A publicação de documentos declaratórios de defesa pode ser considerada como um elemento essencial para a consolidação de uma grande estratégia brasileira. Silva (2012) advoga que a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) são instrumentos potencialmente eficazes para um alinhamento do emprego das Forças Armadas aos interesses de projeção internacional brasileiros.

Principalmente a partir da criação do Ministério da Defesa, em 1999, diversas iniciativas permitiram a interlocução da área militar com outras áreas, conforme o processo de elaboração de documentos declaratórios de defesa foi se desenvolvendo. De acordo com Gröhs (2022), nos primeiros anos do ministério podem ser considerados como relevantes: a) consulta aos "vinte notáveis" pelo Ministro Quintão, sendo 07 acadêmicos, 06 militares, 03 diplomatas, 02 ex-ministros de estado, 01 senador e 01 deputado federal; b) as 08 rodadas de debates de Itaipava/RJ, ocorridas entre 2003 e 2004, que envolveram quase 50 debatedores de diferentes setores da sociedade brasileira, além de uma equipe permanente de 20 membros (acadêmicos, diplomatas e militares) e deram origem a uma coleção de 4 volumes intitulada "Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança". Naquela primeira década, foram publicadas a Política de Defesa Nacional/2005 e a Estratégia Nacional de Defesa/2008.

A Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, mudaria consideravelmente o processo de formulação dos documentos de defesa, ao estabelecer que, a partir de 2012, o Poder Executivo Federal deveria encaminhar ao Congresso Nacional versões atualizadas da PND, da END e do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), de 4 em 4 anos. De lá para cá, quatro versões dos três documentos foram publicadas (2012, 2016, 2020 e 2024). Neste contexto, merece destaque a formulação do primeiro Livro Branco de Defesa Nacional brasileiro, fruto de um longo processo de quase dois anos com uma série de eventos, esquematizados no Quadro 4 (Apêndice C). Foram realizados workshops e oficinas temáticas sob coordenação da Fundação Getúlio Vargas, ao mesmo tempo que o MD realizava seminários nas diferentes regiões brasileiras, conforme detalhado nos Quadros 5 e 6 (Apêndice D). Embora estes eventos

não tenham gerado conteúdo direto para a elaboração do Livro Branco (Gröhs, 2022), foram fundamentais para ampliação do debate sobre defesa nacional, um dos pilares da grande estratégia, com participação de um grande número de atores de diferentes áreas temáticas.

É pertinente salientar que a elaboração do Livro Branco em si é atribuição da Assessoria de Planejamento Institucional do MD (ASPLAN), enquanto a elaboração da PND/END cabe à Subchefia de Política e Estratégia (SCPE), órgão integrante da CAE/MD. Entretanto, estas não atuam de forma isolada, sendo a elaboração dos documentos conduzida por Grupos de Trabalho que abrangem diferentes áreas do MD (GT/MD), bem como por Grupos de Trabalho Interministeriais (GTI). Para formulação das versões de 2020, por exemplo, foram instituídos em 2017 um GT/MD e um GTI, sendo este composto por integrantes de diversos Ministérios (com destaque para Defesa, Justiça e Segurança Pública, Relações Exteriores e Fazenda), além da Secretaria Geral da Presidência da República e do GSI. Pelo MD, havia representantes de alto escalão da CAE, SCPE e ASPLAN; Pelo MRE, participaram um Embaixador e um Conselheiro da então Divisão de Assuntos de Defesa e Segurança (DADF). Destaca-se aqui mais um ponto de contato entre órgãos do MD e do MRE mencionados nos itens 2.1.1 e 2.1.2 deste trabalho.

A realização de eventos voltados para o debate sobre defesa nacional e a elaboração do Livro Branco, da PND e da END por meio da composição de um Grupo de Trabalho do MD e de um Grupo de Trabalho Interministerial representam janelas de oportunidade para a articulação entre os tomadores de decisão em direção a uma grande estratégia nacional, sejam eles governamentais ou não. Por seu turno, a publicação de documentos declaratórios de defesa torna públicos, não apenas para a sociedade brasileira, mas também para a comunidade internacional, os objetivos, estratégias e estruturas do país na área de defesa nacional, um dos pilares fundamentais para a grande estratégia nacional.

2.2 MECANISMOS INSTITUCIONAIS INDIANOS PARA A GRANDE ESTRATÉGIA

Esta seção é dedicada à análise empírica do caso indiano e está dividida em seis subseções: 1) Estrutura organizacional do Ministério da Defesa (MoD[40]); 2) Estrutura

[40] Sigla para *Ministry of Defense*.

organizacional do Ministério das Relações Exteriores (MEA);[41] 3) Conselho de Defesa Nacional (NSC[42]); 4) Adidos militares; 5) Dimensões adicionais da diplomacia de defesa; 6) Comitê de Planejamento de Defesa (DPC[43]).

Ao discutir as interações e influências das Forças Armadas na política externa do país, é preciso considerar a influência de diversos fatores: geografia, realidades geopolíticas, circunstâncias históricas de independência, forma de governo, cultura estratégica e princípios de política externa, estruturas dentro do governo e das Forças Armadas, ambiente de segurança interno e no entorno e relações civis-militares. É natural que as estruturas e mecanismos de cada país reflitam essas realidades. No caso da Índia, são relevantes sua localização na região do sul da Ásia, complexos desafios de segurança interna e externa, crescente relevância como ator regional e global, especialmente como potência econômica e militar.

As estruturas e interações entre as Forças Armadas e a política externa no contexto indiano devem ser vistas através do prisma da diplomacia de defesa e da diplomacia militar (subconjunto da primeira). "Militar" refere-se, particularmente, ao pessoal e aos ativos das três alas das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea). "Defesa" inclui todos os braços que auxiliam as Forças Armadas do país, como os escritórios sob a alçada do Ministério da Defesa. Por conseguinte, a palavra "defesa" tem uma certa importância neste contexto, uma vez que abrange um amplo espectro.

Anton du Plessis, professor de ciência política em Pretória, em seu ensaio sobre diplomacia de defesa, define amplamente a diplomacia militar como o "uso de pessoal militar, incluindo adidos de serviço, em apoio à prevenção e resolução de conflitos", bem como, em sentido mais amplo, "o uso de forças armadas em operações não bélicas, com base em sua experiência e disciplina treinada para atingir objetivos domésticos e estrangeiros no exterior" (Plessis, 2008, p. 92). Cottey e Forster (2004, p. 6), por seu turno, definem diplomacia de defesa como "o uso em tempo de paz das forças armadas e infraestrutura relacionada (principalmente ministérios da defesa) como uma ferramenta de política externa e de segurança".

---

[41] Sigla para *Ministry of External Affairs.*
[42] Sigla para *National Security Council.*
[43] Sigla para *Defence Planning Committee.*

Estabelecida uma contextualização do tema no caso indiano, passa-se à abordagem dos mecanismos indianos de interlocução entre defesa e política externa.

2.2.1 Estrutura organizacional do Ministério da Defesa (MoD)

Raksha Mantri, Ministro da Defesa, é responsável por todos os assuntos relacionados aos três Serviços de Defesa, incluindo a diplomacia militar. No nível de nomeação individual, Raksha Mantri participa pessoalmente de todos os diálogos de alto nível de defesa com seus homólogos de outros países, incluindo os diálogos 2+2, realizados com países como Estados Unidos e Japão. O Ministro da Defesa também aprova todas as questões políticas relacionadas à cooperação militar estrangeira em termos de capacitação, aprimoramento de capacidades, compromissos construtivos e esforços colaborativos, encaminhados a ele pelo Departamento de Assuntos Militares (DMA), o Departamento de Defesa (DoD), o Departamento de Produção de Defesa ou o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento de Defesa, órgãos relacionados à cooperação militar estrangeira em graus variados (Thomas, 2021, p. 130). A estrutura organizacional do MoD é apresentada no Quadro 7 - Apêndice D.

O **Departamento de Defesa (DoD)** é responsável pela defesa da Índia e pela política de defesa. A estrutura organizacional do DoD é apresentada no Quadro 8 - Apêndice D. Este departamento é chefiado pelo Secretário de Defesa, um oficial dos Serviços Administrativos da Índia, que também é responsável por coordenar as atividades dos cinco departamentos do Ministério. O MoD tem uma estrutura para gerenciar a cooperação internacional, sendo a principal responsável por isso a ala **de Planejamento e Cooperação Internacional (PIC),** chefiada pelo Secretário Adjunto (Cooperação Internacional) – JS (IC), que é um oficial dos Serviços Externos Indianos do Ministério das Relações Exteriores, destacado para o MoD. O JS (IC) é auxiliado por sete consultores designados para diferentes regiões geográficas do globo. Dos sete conselheiros, seis são das Forças Armadas e um é oficial de serviços administrativos. Além disso, há quatro funcionários administrativos civis que atuam como Subsecretários de Cooperação Internacional e também são auxiliados por quatro secretários adicionais (Departamento de Defesa, 2024; Thomas, 2021, p. 131).

O **Quartel-General do Estado-Maior Integrado de Defesa (HQ IDS),** por sua vez, foi criado em 2001 após o conflito de Kargil. É responsável pela coordenação, integração e fornecimento de insumos relacionados à formulação de políticas, além do planejamento de

estrutura e desenvolvimento dos três serviços das Forças Armadas. Realiza formulação de políticas de longo prazo, análise orçamentária (geral e defesa) e aquisição e gerenciamento de tecnologia. Dentro do QG IDS, a Divisão de Cooperação de Defesa Internacional (IDC) executa a *Cooperação de Defesa de três serviços*, conforme exigido pelas instruções de política externa do governo. A Divisão opera sob o comando do Diretor-Geral da Agência de Inteligência de Defesa (DG DIA), um oficial de três estrelas, que é responsável pela coordenação de todas as funções de *Tri-service military cooperation*, incluindo a coleta de análises militares estratégicas e ambientais e o *briefing* de delegações estrangeiras sobre a perspectiva estratégica e de segurança da Índia. Destaca-se a coordenação da participação de países estrangeiros em exercícios humanitários e de socorro a desastres dos três serviços (Thomas, 2021, p. 133).

Na **Marinha Indiana**, a Diretoria de Cooperação Estrangeira (DFC) foi criada em 2006 para funcionar sob o comando do Vice Chefe do Estado-Maior Naval (Cooperação Estrangeira e Inteligência), ACNS (FCI). Devido à amplitude cada vez maior da cooperação naval estrangeira, o DFC passou a ser chefiada por um oficial de uma estrela chamado Diretor Principal (Cooperação Estrangeira - PD (FC), e viu um aumento no número de oficiais que lidam com várias responsabilidades de cooperação naval estrangeira. A DFC continua sendo a diretoria nodal para coordenar todas as atividades de cooperação estrangeira, enquanto as diretorias individuais dentro do Quartel-General Naval executam suas responsabilidades específicas com base nas instruções da DFC (Thomas, 2021, p. 134).

No **Exército Indiano,** a Divisão de Cooperação Internacional no Quartel-General do Exército é chefiada pelo Diretor-Geral Adjunto para Cooperação Internacional - ADG (IC), um oficial de duas estrelas - Brigadeiro-General (IC). Este órgão tem o Departamento de Protocolo Estrangeiro, chefiado por um coronel, que faz a ligação com visitas estrangeiras de alto nível de dignitários do Exército e coordena os requisitos e interações com os adidos de defesa do Exército indiano destacados no exterior e os adidos do exército estrangeiro destacados na Índia. Paralelamente, há o Departamento de Cooperação de Defesa, com oficiais coronéis gerenciando a cooperação de defesa do exército em várias regiões geográficas do mundo. O terceiro departamento é o Departamento de Treinamento Estrangeiro, que analisa todas as facetas do treinamento estrangeiro, incluindo pessoal do Exército Indiano treinado no exterior, pessoal do exército estrangeiro treinado na Índia ou treinamento de cadetes realizado na Academia Militar Indiana para exércitos estrangeiros (Thomas, 2021, p. 135).

Na **Força Aérea Indiana**, a cooperação estrangeira é supervisionada pelo Chefe Adjunto da Força Aérea (Inteligência) (ACAS) no Quartel-General Aéreo em Nova Delhi. Sob seu comando, um oficial com o posto de capitão de grupo é responsável por todos os assuntos relacionados à cooperação de defesa com países estrangeiros, bem como pela ligação e protocolo estrangeiro para a Força Aérea Indiana (Thomas, 2021, p. 135).

2.2.2 Estrutura organizacional do Ministério das Relações Exteriores

O Ministério das Relações Exteriores - MEA é o ator-chave na formulação e implementação das políticas e relações exteriores da Índia. Uma verificação da 'Alocação de Regras de Negócios' do Governo da Índia[44] mostra que o MEA tem missão de planejar, formular e gerenciar as relações exteriores da Índia com outras nações, para proteger e promover os interesses nacionais no cenário global. O MEA atua como secretariado de política externa da Índia, que recebe inúmeras contribuições políticas de várias fontes e canaliza as diferentes opções para a liderança política (entenda-se o Gabinete chefiado pelo primeiro-ministro), e então implementa as decisões tomadas nesse nível de jurisdição (Ministério das Relações Exteriores, 2024). O organograma do MEA consta no Quadro 9 - Apêndice D.

Entre 2007 e 2022, cerca de 82 oficiais militares da ativa serviram no MEA. Até 2016 manteve-se abaixo de 10, enquanto nos anos de 2017 a 2019 houve um aumento para 30, caindo para menos de 20 em 2020, possivelmente devido à pandemia. Os números aumentaram novamente a partir de 2021 e chegou a 39 oficiais em 2022, devido ao aumento de oficiais das Forças Armadas destacados para a divisão do G20. Nesse período, o Exército Indiano foi representado por 52 oficiais, Marinha por 20 e Força Aérea por dez (Nainar, 2023). Atualmente, existem 25 oficiais das Forças Armadas servindo em várias funções no MEA, conforme mostrado na Tabela 8 - Apêndice D (Ministério das Relações Exteriores, 2024).

As designações desses oficiais militares são indicativas de prioridades. Pelo menos 55% serviram em divisões funcionais que lidam com questões transversais não específicas de nenhuma geografia. Entre eles, destaca-se a Divisão de Desarmamento e Assuntos de Segurança

---

[44] Secretaria do Gabinete. O Governo da Índia (Alocação de Negócios) Regras. Secretaria do Gabinete. Governo da Índia, 1961, p. 60.

Internacional, criada no início da década de 1990 para lidar com a não proliferação nuclear, segurança marítima, espaço sideral e outras questões de segurança (Nainar, 2023).

Também há oficiais militares em divisões regionais, sendo que 29% têm escritórios focados nas relações da Índia com os países do Indo-Pacífico, estados do Golfo, Europa e América do Norte, que abrigam muitos dos parceiros de segurança da Índia. Alguns fatores podem ser considerados como responsáveis pelo aumento nas atribuições divisionais após 2016, como diplomacia militar, aumento da frequência de operações de ajuda humanitária e coordenação político-militar, como vários diálogos "2+2". Outra tendência evidente são os oficiais militares que trabalham em divisões onde a política pode se beneficiar de sua experiência de serviço específica. Oficiais da Marinha trabalham regularmente nas divisões do Oceano Índico e do Golfo, oficiais do Exército são mais frequentemente designados para células de fronteira e para divisões políticas da ONU, onde lidam com questões de manutenção da paz (Nainar, 2023), conforme Tabela 8 - Apêndice D (Ministério das Relações Exteriores, 2024).

2.2.3 Conselho de Segurança Nacional

O Conselho de Segurança Nacional (NSC) é um órgão máximo do Governo da Índia, que aconselha o Governo em questões de Segurança Nacional, Política Externa e Defesa da Índia. O NSC é uma organização de três níveis, composta pelo Grupo de Planejamento Estratégico, o Conselho Consultivo de Segurança Nacional e o Comitê Conjunto de Inteligência. Além do Ministro da Defesa, que é membro integrante do Conselho de Segurança Nacional, o Chefe do Estado-Maior da Defesa, os três chefes de serviço e o Secretário da Defesa fazem parte do Grupo de Planejamento Estratégico, fornecendo informações valiosas sobre questões relacionadas à segurança nacional e relações exteriores. O NSC também tem um conselheiro militar, que é um oficial aposentado de três estrelas das Forças Armadas, para fornecer informações relevantes sobre estratégia militar e questões políticas, além de um coordenador de segurança marítima, que é um oficial naval aposentado de três estrelas. É importante dizer que o papel desses assessores envolve a sobreposição de questões de relações exteriores relacionadas à segurança nacional.

2.2.4 Adido de Defesa

Os adidos de defesa (DA) desempenham um papel crucial na promoção da diplomacia militar, servindo como os principais conselheiros militares das embaixadas e atuando como um elo de ligação entre os militares indianos e seus homólogos nos países anfitriões (Sharma, 2024). Os adidos são pilares da diplomacia de defesa e compartilham experiências e preocupações, de modo a melhorar a cooperação em defesa, atuando em uma estrutura de três serviços, contribuindo ativamente para a diplomacia de defesa (Jaswinder, 2021, 115).

A Índia tem atualmente 89 embaixadas e 108 consulados no mundo. Abriga 152 Embaixadas/Altos Comissariados e 18 Representações. Existem alas de defesa nas embaixadas indianas em 55 países (sendo 10 criadas recentemente), representadas por um total de 74 oficiais das Forças Armadas. Embora se concentre principalmente em sua vizinhança imediata e estendida, a Índia mantém relações militares e de defesa com as principais potências globais, além de manter diplomacia de defesa em muitas regiões da Europa e África, entre outras, conforme mostrado na Tabela 9 - Apêndice D (Ministério das Relações Exteriores, 2024).

As alas de defesa recém-criadas estão estrategicamente localizadas na Argélia, Moçambique, Etiópia, Djibuti, Tanzânia, Costa do Marfim, Polônia, Espanha, Armênia e Filipinas (Sharma, 2024). O estabelecimento dessas novas alas de defesa se alinha com os objetivos mais amplos da política externa da Índia, particularmente em regiões onde as parcerias estratégicas são cada vez mais importantes. Da mesma forma, 70 países são representados por 113 adidos em Nova Delhi, incluindo cinco países por meio de adidos credenciados em embaixadas estrangeiras (Thomas, 2021, p. 116).

2.2.5 Dimensões adicionais da diplomacia de defesa

Missões de paz das Nações Unidas - A Índia está solidamente comprometida em ajudar a ONU a manter a paz e a segurança internacionais, tem uma orgulhosa história de manutenção da paz que remonta ao seu início na década de 1950. A Índia contribuiu com mais de 253.000 soldados, o maior número de qualquer país, participou de mais de 49 missões e 175 soldados indianos deram suas vidas enquanto serviam em missões da ONU. A Índia também forneceu e continua a fornecer comandantes de força eminentes para missões da ONU. A Índia é o quinto maior contribuinte de tropas (TCC), com 5.427 funcionários destacados em 10 das 11 missões

ativas de manutenção da paz da ONU, dos quais 185 são policiais (Missão Permanente da Índia na ONU, 2024). A participação das Forças Armadas nas diversas missões envolve 43 especialistas em missões, 139 oficiais de estado-maior de diferentes patentes e 5.060 soldados (UN Peacekeeping, 2024), conforme mostra a Tabela 10 - Apêndice D.

Missões Atuais – Um grupo de batalhão de infantaria composto por 762 pessoas (incluindo oficiais e soldados) e 18 oficiais de estado-maior é destacado para a missão no Líbano (UNIFIL). No Congo (MONUC / MONUSCO), a Índia implantou um grupo de brigada de infantaria aumentada (três batalhões de infantaria) com um hospital de nível III, observadores militares e oficiais de estado-maior e duas unidades policiais formadas (FPU). No Sudão (UNMIS/UNMISS), a Índia contribuiu com dois grupos de batalhão de infantaria, companhia de engenharia, companhia de sinais, hospital de nível II e nível II Plus, e observadores militares e oficiais de estado-maior. Nas Colinas de Golã (UNDOF), um batalhão de logística com 188 pessoas foi destacado para cuidar da segurança logística da missão (UN Peacekeeping, 2024). A Índia também enviou oficiais de estado-maior, especialistas em missão e observadores militares e policiais independentes para inúmeras outras missões, conforme Tabela 10 – Apêndice D. As Forças Armadas indianas também são designadas para capacidades variadas na sede das Nações Unidas em Nova York e um oficial do Exército com o posto de coronel é nomeado conselheiro militar na Missão Permanente da Índia nas Nações Unidas.

Treinamento e Exercícios Militares – Os exercícios militares bilaterais e multilaterais são uma excelente ferramenta para a diplomacia militar, desenvolvendo procedimentos de treinamento conjunto e interoperabilidade entre as forças armadas e auxiliando no tratamento conjunto de ameaças tradicionais e não tradicionais. A Marinha indiana realiza exercícios navais bilaterais com 19 países e participa de cerca de 16 exercícios multilaterais. O Exército Indiano participa de exercícios bilaterais com 25 países e 11 exercícios multilaterais, e a Força Aérea Indiana participa de exercícios bilaterais com sete países e cinco exercícios multilaterais (Thomas, 2021, p. 135). O Exército Indiano realiza cursos para uma força média de 3.000 estudantes estrangeiros, de diferentes patentes, de 70 países, em 200 cursos em 45 institutos de treinamento. Oficiais do Exército indiano de várias patentes são designados para 90 posições no exterior em uma variedade de cursos militares, bem como há 16 equipes de treinamento no exterior para treinar aproximadamente 1.500 funcionários anualmente no sul da Ásia, ASEAN, Ásia Central e África (Índia, 2024). Da mesma forma, a Marinha e a Força Aérea indianas

também estão realizando treinamento para um grande número de militares de várias nações em suas instituições de treinamento.

2.2.6 Comitê de Planejamento de Defesa

O Comitê de Planejamento de Defesa (DPC) é um órgão de tomada de decisão estabelecido pelo Governo da Índia em 19 de abril de 2018 com o objetivo de facilitar o planejamento de defesa abrangente e integrado. Este comitê é constituído com o Conselheiro de Segurança Nacional (NSA) (Presidente) e tendo como membros o Chefe do Estado-Maior da Defesa, os três Chefes de Serviço, o Secretário de Defesa do Ministério da Defesa, o Secretário de Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores, o Secretário de Despesas do Ministério das Finanças e o Chefe do Estado-Maior Integrado de Defesa. A atuação conferida a este comitê é dupla: em primeiro lugar, revisar e avaliar todas as contribuições relacionadas ao planejamento de defesa; em segundo lugar, preparar propostas de vários documentos relacionados à segurança nacional. Em ambas as tarefas, há um elemento de política externa e diplomacia de defesa envolvido, seja na forma de análise dos imperativos da política externa no contexto da defesa nacional ou na formulação de um documento de estratégia de engajamento de defesa internacional.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo apresentar um contraste entre os mecanismos institucionais de articulação da política externa e de defesa no Brasil e na Índia que podem contribuir para o estabelecimento e manutenção de uma grande estratégia destes países. A partir do referencial teórico construído, ficou estabelecido que a articulação de diferentes áreas temáticas é imprescindível para consolidação de uma grande estratégia nacional e, ainda, que defesa e política externa são duas áreas relevantes por serem ambas voltadas para o internacional.

Como objetivos específicos, buscou-se apresentar as principais tendências e conceitos sobre o tema a partir de uma revisão abrangente da literatura existente; e identificar os mecanismos institucionais que permitem a articulação da política externa e de defesa no Brasil e na Índia. Pode-se considerar que os objetivos foram atingidos, em maior ou menor grau, com

base na informação ostensiva disponível; podendo os dados aqui apresentados servir de base para estudos futuros, com aprofundamento da análise dos mecanismos identificados ou com ampliação do estudo tanto para outras áreas que abrangem a grande estratégia quanto no sentido de incluir outros países.

É pertinente pontuar que os objetivos propostos foram coerentes com o nível de pesquisa esperado (especialização lato sensu), com o tempo disponível (5 meses), com a limitação de páginas imposta e com o fato de não se tratar de curso com dedicação exclusiva. Estes fatores certamente geraram limitações no grau de profundidade da pesquisa e, em função disto, o texto adquiriu um aspecto mais descritivo em determinados momentos, o que já era esperado. Com isso em mente, buscou-se apenas identificar os mecanismos e apresentar um breve contraste entre os casos brasileiro e indiano, não aprofundando a análise destes.

Embora exista literatura adequada disponível sobre os contornos gerais da diplomacia de defesa e da diplomacia militar, principalmente em termos genéricos, certas restrições foram impostas em parte da pesquisa, especialmente no contexto indiano, devido à natureza confidencial das questões envolvidas. Embora essa limitação tenha afetado o quantum de dados disponíveis para análise, a literatura revisada deu uma perspectiva geral sobre as estruturas, metodologia e mecanismos institucionais para articulação da política externa e defesa no caso indiano. Já no caso brasileiro, houve acesso à informação, conforme Apêndice B.

Os resultados da pesquisa indicam que, embora ambos os países tenham institucionalizado vários mecanismos para abordar defesa e política externa, as estruturas estabelecidas são bastante diversas. O Brasil possui mecanismos mais elaborados do que a Índia, o que fica constatado pela existência de órgãos específicos que compõem os ministérios (Chefia de Assuntos Estratégicos – CAE - e suas subchefias no Ministério da Defesa; Divisão de Assuntos de Defesa – DADF - no Ministério das Relações Exteriores). Trata-se de uma estrutura voltada para o internacional dentro do MD e de uma estrutura para pensar defesa no Itamaraty. Há, ainda, um militar cedido ao MRE lotado na DADF e de um diplomata cedido ao MD lotado na CAE. As mencionadas reuniões de consulta e os chamados ‘Diálogos 2+2’ sugerem que há interlocução entre os dois ministérios por meio dos mecanismos identificados. Abre-se aqui uma porta para pesquisas futuras, que visem avaliar a efetividade destes mecanismos em termos reais de comunicação entre estas duas áreas basilares para uma grande estratégia.

No contexto indiano, a política externa e a segurança andam de mãos dadas, como fica evidente nas interações 2 + 2 com todos os principais atores globais, bem como nos mecanismos internos entre os ministérios. Há uma representação substancial de oficiais das forças armadas nas várias divisões do Ministério das Relações Exteriores que lidam com o amplo espectro de questões relacionadas à segurança e defesa. Na mesma linha, o Setor de Planejamento e Cooperação Internacional dentro do Ministério da Defesa é chefiado por um diplomata de carreira, tem como assessores oficiais das forças armadas e atua como um mecanismo institucionalizado para refletir sobre questões relacionadas à política externa e suas conexões com a defesa. Com a Índia passando por vários processos de modernização em seu aparato de segurança nacional, seja nas estruturas organizacionais, avanços tecnológicos e reestruturação das forças, bem como a proposta de articulação de uma estratégia de segurança nacional, as interações e mecanismos tendem a evoluir e isto pode abrir caminho para análises e avaliações adicionais.

Outro mecanismo identificado no caso brasileiro foi o Conselho de Defesa Nacional, que é integrado pelos Ministros da Defesa e de Relações Exteriores, bem como de outras áreas também relevantes para se pensar em uma grande estratégia. Cabe destacar que se trata de um mecanismo com grande potencial de articulação entre as diferentes áreas temáticas; mas, entretanto, funciona apenas como um gabinete de crise, tendo se reunido por 4 vezes entre 2018 e 2020, não havendo registros de acionamento após aquele ano, de acordo com informações disponibilizadas pelo GSI.

No caso indiano, o Conselho de Segurança Nacional (*National Security Council*: NSC) e suas estruturas associadas abordam todo o espectro da segurança nacional, com o Ministro da Defesa e o Ministro das Relações Exteriores sendo membros-chave em sua composição. Este órgão de cúpula do país abre caminho para interações próximas em questões relacionadas à defesa e política externa, desempenhando um papel fundamental na formulação das políticas. Com base nos dados disponíveis em fontes abertas, as reuniões do NSC e seus diversos níveis são mensais, podendo ocorrer com maior frequência, se necessário. É seguro concluir que, como órgão de cúpula, o NSC é um mecanismo eficaz na formulação de políticas de defesa e política externa. A regularidade de reunião deste Conselho sugere melhor efetividade deste mecanismo em comparação com o CDN brasileiro.

As diferenças entre os dois países podem ser atribuídas à história e cultura dos dois países, ao ambiente geopolítico nas regiões a que pertencem e à lacuna substancial no tamanho das forças armadas da Índia e do Brasil. No que tange à realidade geopolítica, essa diferença fica constatada pela distribuição geográfica dos adidos militares. Há uma clara priorização do entorno estratégico brasileiro, tendo adidos militares em todos os países do subcontinente sul-americano e em diversos países da África Subsaariana, mas também em outros países considerados relevantes para o Brasil em termos de defesa. A Índia, por seu turno, prioriza o seu ambiente estratégico, ao mesmo tempo que mantém uma presença diplomática militar também em seu entorno estratégico e em todas as regiões estrategicamente significativas ao redor do mundo. Seria precipitado tirar conclusões amplas sobre esse tema apenas com base nos dados aqui apresentados. Mas, como já pontuado anteriormente, a distribuição geográfica é apenas trazida como maneira de apresentar potenciais pontos de contato entre defesa e política externa no ambiente internacional, em ambos os casos. Abra-se caminho para pesquisas futuras sobre a evolução histórica de adidos militares, bem como acerca das motivações que levam os dois Estados a decidir sobre abertura, fechamento e/ou manutenção de adidâncias militares. E, ainda, se a presença destes atores de defesa nas embaixadas é aproveitada na formulação das políticas dos países.

Por fim, foram identificadas outras representações no exterior que favorecem uma aproximação de atores da defesa com outros atores no ambiente internacional. No caso brasileiro, a Representação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa, a representação brasileira no Quartel General da ONU e, mais especificamente, nas missões de paz deste organismo, assim como a presença de militares de maior nível hierárquico em cursos de alto nível e em outras missões de nível estratégico, que contribuem para a diplomacia de defesa.

A Índia, por sua vez, emergiu como um dos principais atores nas missões de manutenção da paz da ONU e está entre os maiores contribuintes de tropas. O país também está bem representado na sede da ONU, e as Forças Armadas Indianas participam consistentemente de um grande número de cursos em todas as principais nações do mundo. As Forças Armadas Indianas também oferecem um grande número de cursos para estudantes estrangeiros, desde o treinamento básico até os cursos de mais alto nível. A presença de equipes de treinamento indianas em 16 países e o grande número de exercícios militares, seminários e simpósios são

indicativos da importância atribuída à diplomacia de defesa e suas manifestações na política externa.

É realmente difícil contrastar as estruturas em duas nações, especialmente quando são tão diferentes e inseridas em diferentes realidades históricas e geopolíticas como Brasil e Índia. Tendo isso em mente, esta pesquisa visou oferecer algumas percepções que podem servir de subsídios para a compreensão da ligação entre política externa e defesa em geral e com as forças armadas em particular nos dois países. O estudo foi limitado em sua abordagem a certos objetivos específicos e não é exaustivo por nenhum esforço de imaginação. Recomenda-se que os assuntos ou temas abordados nesta pesquisa sejam aprofundados em análises mais detalhadas na busca de uma melhor compreensão da qualidade da articulação das políticas externa e de defesa na Índia e no Brasil. Tais estudos teriam o potencial de contribuir academicamente com ambos os países no desenvolvimento de suas abordagens relacionadas a estratégia de segurança nacional, política externa e política de defesa, além de incrementar o potencial de sua parceria, não apenas como líderes do Sul Global, mas como polos significativos em um mundo cada vez mais multipolar.

REFERÊNCIAS

ALLISON, Graham T. **Essence of decision**: Explaining the Cuba missile crisis. Little, Brown and Company: Boston, 1971.

ALSINA JÚNIOR, João Paulo S. A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46 (2): 53-86, 2003.

ALSINA JÚNIOR, João Paulo S. **Ensaios de grande estratégia brasileira**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

ALSINA JÚNIOR, João Paulo S. O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea**. Revista Brasileira de Política Internacional**, 52 (2): 173-191, 2009.

AMORIM, Celso. **A Grande estratégia do Brasil**. Brasília: Funag, 2016.

AMORIM, Celso. Grande estratégia: Política externa em um mundo em transformação. Revista Austral. **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. v.4, n.7, jan. /jun. p.9-21, 2015.

BAJPAI, Kanti. The global commons and India's National Security Strategy. *In*: VENKATSHAMY, Krishnappa; GEORGE, Princy. **Grand Strategy for India 2020 and Beyond.** New Delhi: Pentagon Security International: 2012, p. 41.

BARROS, Pedro Silva; LIMA, Raphael Camargo; BARROS, Paula Macedo. **O setor de defesa brasileiro no exterior**: desafios, oportunidades e subsídios para a revisão dos documentos de defesa. Texto para Discussão, n. 2973. Rio de Janeiro: Ipea, maio 2024.

BEHERA, Laxman Kumar. Creation of Defence Planning Committee: a step towards credible defence preparedness. **Manohar Parrikar Institute for Defence Studies and Analyses**. New Delhi, 2018. Disponível em: https://idsa.in/idsacomments/creation-of-defence-planning-committee-lkbehera-190418. Acesso em: 07 out. 2024.

BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. **Potências regionais por uma nova ordem? A política externa de Brasil e África do Sul no campo dos direitos humanos**. 422 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Estudo Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BRANDS, Hal. Evaluating Brazilian Grand strategy under Lula**. Comparative Strategy**, v. 30, n. 1, p. 28-49, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 5.294 de 1º de dezembro de 2004**. Fixa a lotação dos Adidos, Adjuntos e Auxiliares de Adidos Militares junto às representações diplomáticas no exterior, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 8.654, de 28 de janeiro de 2016.** Aprova o Regulamento para Adidos, Adjuntos e Auxiliares de Adidos Militares das Forças Armadas junto às Missões Diplomáticas Brasileiras. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.** Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública. Brasília, DF: Presidência da República, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.325, de 3 de abril de 2018.** Aprova o Regulamento da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa. Brasília, DF: Presidência da República, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.602, de 8 de dezembro de 2018.** Decreta intervenção federal no Estado de Roraima com o objetivo de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública. Brasília, DF: Presidência da República, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das gratificações do Ministério da Defesa, e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11.357, de 1º de janeiro de 2023**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Relações Exteriores e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991.** Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional e dá outras providências. Brasília, DF: 1991.

BRASIL. **Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.** Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro e dá outras providências. Brasília, DF: 2006.

BRASIL. Ministério da Defesa (MD). **Portaria Normativa Nº 49/MD, de 12 de dezembro de 2017.** Aprova a Diretriz de Defesa para a Área Internacional (DIRDAI). Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2017.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (MRE). **Portaria nº 1.619, de 12 de dezembro de 2023.** Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2006.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (MRE). **Portaria nº 430, de 22 de dezembro de 2022**. Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2022.

CARLNAES, Walter. Actors, structures, and foreign policy analysis. *In*: SMITH, Steve; HADFIELD, Amelia; DUME, Tim (Ed.). **Foreign Policy:** theories, actors, cases. Nova Iorque: Oxford University Press Inc., 2008. p. 85-100.

COTTEY, Andrew; FORSTER, Anthony. **Reshaping defense diplomacy:** new roles for military cooperation assistance. London: Oxford University Press for the International Institute of Strategic Studies: 2004, p. 6.

GAGNON, Yves-Chantal. **The case study as a research method**: a practical handbook. Québec: Presses de L'Université Du Québec, 2010.

GERRING, John. **Case study research principles and practices**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2007.

GRÖHS, Maurício. **Mecanismos para formulação da política de defesa brasileira: da criação do Ministério da Defesa ao primeiro Livro Branco de Defesa Nacional**. 2022. 173 f. Dissertação (Mestrado em Defesa Nacional) – Instituto Meira Mattos, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022.

HOBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

INDIA. Cabinet Secretariat the Government of India**. Allocation of business rules, 1961.** Disponível em: https://cabsec.gov.in/allocationofbusinessrules/completeaobrules/ Acesso em: 01 out. 2024.

INDIA. Department of Defence. Ministry of Defence. Government of India. **Directory of Officers**. 2024ª. Disponível em: https://mod.gov.in/dod/node/92372 Acesso em: 01 out. 2024.

INDIA. Ministry of Defence. Government of India. **Annual Report 2022-23.** Disponível em: https://mod.gov.in/annual-report Acesso em: 01 out. 2024.

INDIA. Ministry of External Affairs. Government of India. **Divisions**. Disponível em: https://mea.gov.in/divisions.htm Acesso em: 01 out. 2024.

INDIA. Ministry of External Affairs. Government of India. **Indian Mission**. Disponível em: https://mea.gov.in/indian-mission-abroad.htm Acesso em: 01 out. 2024.

INDIA. Ministry of External Affairs. Government of India. **Organogram of the Ministry of External Affairs**. Disponível em: https://mea.gov.in/Images/amb1/Mea_Organograms.pdf Acesso em: 01 out. 2024.

INDIA. Permanent Mission of India to the UN. **India and United Nations Peacekeeping and Peacebuilding**. New York. Disponível em: https://pmineyork.gov.in/pdf/menu/submenu_1260383365.pdf Acesso em: 01 out. 2024.

LAYTON, Peter. The idea of grand strategy**. The RUSI Journal**, 2012, n. 157, v. 4, p. 56-61.

MAGNOLI, Demétrio. **O Mundo Contemporâneo**: os grandes acontecimentos mundiais da Guerra Fria aos nossos dias. 3ª Ed. São Paulo: Atual, 2013.

MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Letícia & LIMA, M. R. S. de. Brazil's Foreign Policy and the Graduation Dilemma**. International Affairs**, 2017, v. 93, n. 3, p. 585-605.

MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Letícia. Política Externa Brasileira: Os Desafios de sua Caracterização como Política Pública. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, 2013, vol. 35, no 1, janeiro/junho 2013, p. 11-41.

MILEVSKI, Lukas. **The evolution of modern grand strategic thought**, Oxford: Oxford University Press, 2016.

NAINAR, Ammar. India's defence-diplomacy bet. **ORF America**. Washington, 2023. Disponível em: https://orfamerica.org/newresearch/india-defense-diplomacy-mea Acesso em: 01 out. 2024

PLESSIS, Anton Du. **Defence diplomacy:** conceptual and practical dimensions with specific reference to South Africa. University of Pretoria UPSpace Institutional Repository. Disponível em: https://repository.up.ac.za/handle/2263/10381 Acesso em: 01 out. 2024, p. 92.

PROENÇA JUNIOR, Domício; DINIZ, Eugênio. **Política de Defesa no Brasil:** uma análise crítica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
SHARMA, P. India at G20. **India Perspectives**, 2018, v. 32, n 4, October-December 2018, p. 10-16.

SHARMA, Shivani. India expands global presence with 10 new defence wings, realigns Europe strategy. **India Today**. New Delhi, 2024. Disponível em: https://www.indiatoday.in/india/story/india-strengthens-global-defence-network-with-new-strategic-wings-2586922-2024-08-23 Acesso em: 01 out. 2024.

SILOVE, Nina. **Beyond the Buzzword:** The Three Meanings of Grand Strategy. Security Studies, 2018, v. 27, n. 1, p 27-57.

SILVA, Fernando José Sant'Ana Soares e. **O Poder Militar Brasileiro como Instrumento de Política Externa**. *In*: Defesa Nacional para o Século XXI: Política Internacional, Estratégia e Tecnologia Militar. SILVA FILHO, Edison Benedito da; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (Org.). Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2012, v. 1, p. 149-184.

THOMAS, Roby. **Indian Defence Diplomacy:** A Handbook. ISBN 978-81-953957-0-5 versão online. New Delhi: MP-IDSA Monograph Series, n. 74, nov. 2021, p. 116-135. Disponível em: https://www.idsa.in/monograph/indian-defense-diplomacy-rthomas Acesso em: 01 out. 2024.

UNITED NATIONS. United Nations Peacekeeping. **Troop and police contributors.** New York, 2024. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors Acesso em: 01 out. 2024.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO INICIAL

MINISTÉRIO DA DEFESA

1. Há uma estrutura própria para pensar diplomacia no Ministério da Defesa (MD)? Qual a hierarquia desta seção dentro do ministério? Qual o cargo do chefe? Quais os efetivos existentes? Em comparação com outras seções de mesmo nível hierárquico, o cargo do chefe é semelhante, os efetivos são maiores ou menores?
2. Há diplomata (s) trabalhando no MD de forma permanente? Qual a função exercida? Em qual seção está lotado e qual sua seção de origem?

MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES

1. Há uma estrutura própria para pensar defesa no Ministério das Relações Exteriores (MRE)? Qual a hierarquia desta seção dentro do ministério? Qual o cargo do chefe? Quais os efetivos existentes? Em comparação com outras seções de mesmo nível hierárquico, o cargo do chefe é semelhante, os efetivos são maiores ou menores?
2. Há militar (es) trabalhando no Itamaraty de forma permanente? Qual a função exercida? Em qual seção está lotado e qual sua seção de origem?

CONSELHOS INTERMINISTERIAIS (GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL)

1. Há Conselho de Defesa ou órgão similar destinado a questões de segurança e/ou defesa nacional?
2. Quem são os integrantes do conselho?
3. Há um calendário anual com previsão de reuniões do conselho ou de parte dos integrantes deste?
4. Quantas reuniões ocorreram em 2018 e 2019? Quem foram os integrantes dos ministérios que participaram destas reuniões? Quais as principais pautas das reuniões?

ARTICULAÇÃO NO EXTERIOR (MINISTÉRIO DA DEFESA)

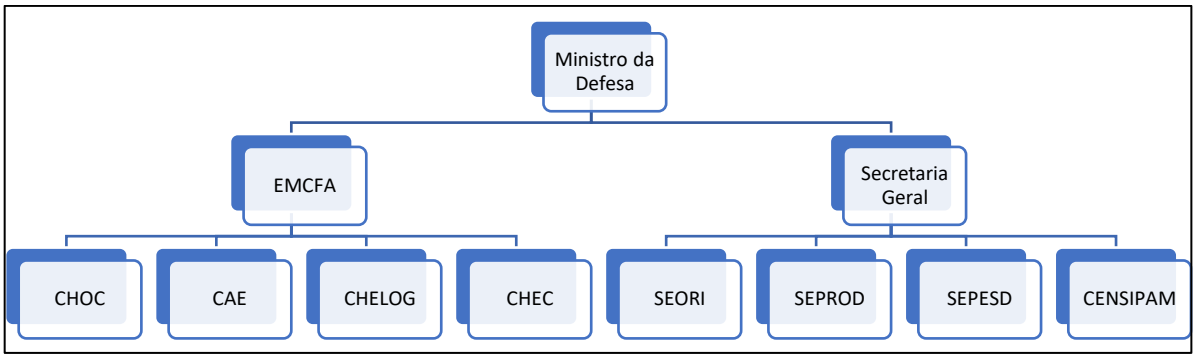
1. Há adidos militares?
2. Quantos são e em que países estão lotados?

APÊNDICE B - PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO – Fala.BR

Protocolo do pedido (NUP)	Destinatário	Responsável pela resposta
60110.002755/2024-17	Ministério da Defesa	Secretária Adjunta da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional
60110.002758/2024-42		Secretária Adjunta da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional
60110.002940/2024-01		Vice Chefe de Assuntos Estratégicos
60110.002976/2024-87		Coordenadora da Assessoria de Planejamento e Coordenação de Atividades Conjuntas
60110.002782/2024-81		Secretária Adjunta da SEORI, Vice Chefe do EMCFA
60110.002996/2024-58		Coordenadora da Assessoria de Planejamento e Coordenação de Atividades Conjuntas
60110.003043/2024-15		Vice Chefe de Assuntos Estratégicos
60143.004417/2024-24	Comando do Exército	x
60000.003348/2024-66	Comando da Marinha	x
60141.001536/2024-45	Comando da Aeronáutica	x
09002.002005/2024-15	Ministério das Relações Exteriores	DADF - Divisão de Assuntos de Defesa
09002.001986/2024-75		DDEF - Departamento de Assuntos Estratégicos, de Defesa e de Desarmamento
09002.001987/2024-10		DSE - Departamento do Serviço Exterior
09002.002125/2024-12		DSE - Departamento do Serviço Exterior
09002.002153/2024-21		DADF - Divisão de Assuntos de Defesa
00137.006197/2024-21	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

APÊNDICE C – INFORMAÇÕES SOBRE BRASIL

Quadro 1- Extrato do Organograma do Ministério da Defesa do Brasil



Fonte: Os autores, adaptado do Organograma Oficial do MD[45]
Legenda: EMCFA: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. CHOC: Chefia de Operações Conjuntas. CAE: Chefia de Assuntos Estratégicos. CHELOG: Chefia de Logística e Mobilização. CHEC: Chefia de Educação e Cultura. SEORI: Secretaria de Orçamento e Organização Institucional. SEPROD: Secretaria de Produtos de Defesa. SEPESD: Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais. CENSIPAM: Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia.

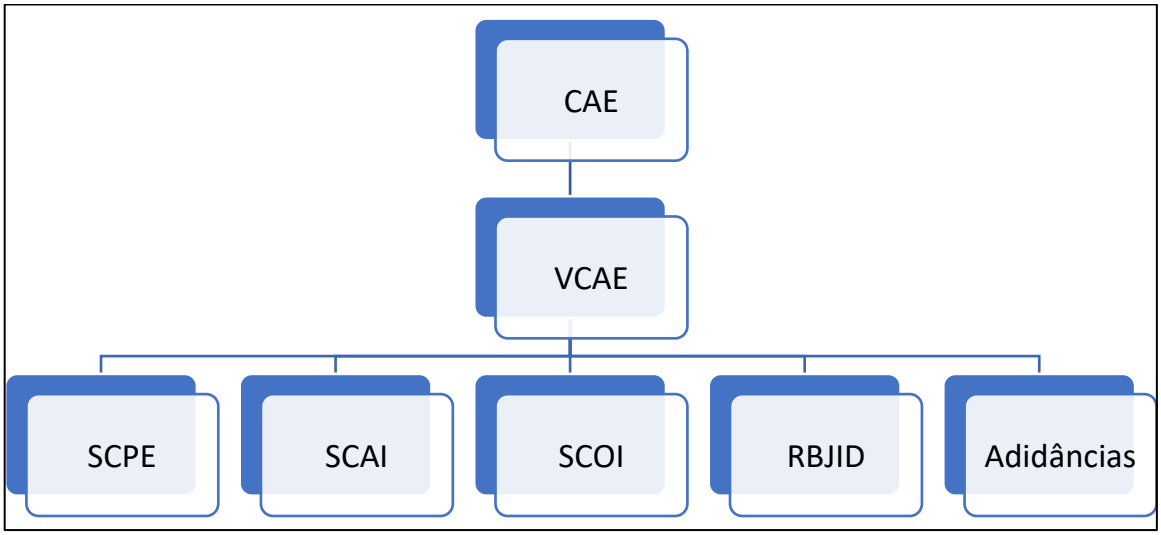
Tabela 1 - Efetivos do Ministério da Defesa Brasileiro

	EMCFA				**Secretaria Geral**		
	CHOC	**CAE**	**CHELOG**	**CHEC**	**SEORI**	**SEPESD**	**SEPROD**
Chefe[46]	Tenente-Brigadeiro do Ar	**Almirante de Esquadra**	General de Exército	General de Exército	Civil - Analista de Planejamento e Orçamento	Civil – Consultor Jurídico	Tenente-Brigadeiro do Ar da reserva
Efetivo total	141	105	151	40	308	119	91
Oficiais Generais da ativa	5	**6**	7	2	1	3	3
Oficiais Superiores	53	**39**	42	8	8	31	22

Fonte: Os autores, com base na Portaria GM-MD n° 4.068, de 27 de agosto de 2024, e na resposta ao pedido de acesso à informação de protocolo 60110.002755/2024-17.

[45] Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/institucional-2/estrutura-organizacional>. Acesso em: 12 ago. 2024.
[46] Informação disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/composicao/quem-e-quem. Acesso em 4 set. 2024.

Quadro 2- Extrato do Organograma da Chefia de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa Brasileiro



Fonte: Os autores, adaptado do Organograma Oficial do MD[47]
Legenda: EMCFA: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. CAE: Chefia de Assuntos Estratégicos. VCAE: Vice-Chefia de Assuntos Estratégicos. SCPE: Subchefia de Política e Estratégia. SCAI: Subchefia de Assuntos Internacionais. SCOI: Subchefia de organismos Internacionais. RBJID: Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa.

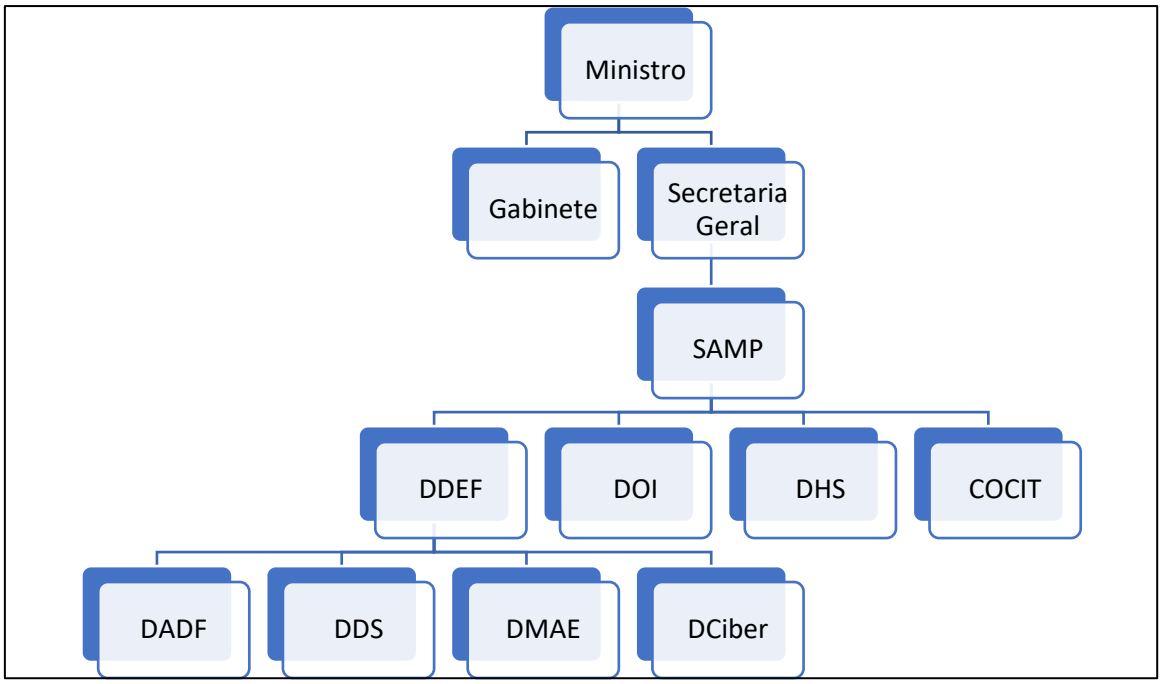
Tabela 2 – Efetivos da Vice-Chefia de Assuntos Estratégicos

	VCAE (Major-Brigadeiro-do-Ar)			
	SCPE	**SCOI**	**SCAI**	**RBJID**
Chefe	General de Brigada	Contra-Almirante	Brigadeiro-do-Ar	Contra-Almirante
Oficiais Superiores	11	11	9	7

Fonte: Os autores, com base em resposta de pedido à informação por meio do Fala.BR, NUP 60110.002940/2024-01.

[47] Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/institucional-2/estrutura-organizacional>. Acesso em: 12 ago. 2024.

Quadro 3 - Organograma simplificado do Ministério das Relações Exteriores Brasileiro



Fonte: Os autores, adaptado do Organograma Oficial do MRE[48]
Legenda: SAMP: Secretaria de Assuntos Multilaterais Políticos. DDEF: Departamento de Assuntos Estratégicos, de Defesa e de Desarmamento. DOI: Departamento de Organismos Internacionais. DHS: Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais. COCIT: Coordenação-Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais DADF: Divisão de Assuntos de Defesa. DDS: Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis. DMAE: Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço. DCiber: Divisão de Defesa e Segurança Cibernética.

Tabela 3 – Efetivos dos Departamentos da Secretaria de Assuntos Multilaterais Políticos

Cargo	DDEF	DOI	DHS	COCIT
Ministro de Primeira Classe	2	1	-	-
Ministro de Segunda Classe	1	-	2	1
Conselheiro	4	2	4	-
Primeiro-Secretário	7	4	4	2
Segundo-Secretário	-	2	2	-
Terceiro-Secretário	-	2	3	-
Oficial de Chancelaria	-	1	1	-
Assistente de Chancelaria	1	1	0	-

Fonte: Os autores, com base em informações obtidas junto ao MRE por meio de pedido de acesso à informação via Fala.BR, NUP 09002.001986/2024-75.

[48] Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/jan-2024-organograma-revisado.pdf. Acesso em: 27 ago. 2024.

Tabela 4 - Efetivos das divisões do DDEF

Cargo	DADF	DDS	DMAE	DCiber
Ministro de Primeira Classe	-	-	-	-
Ministro de Segunda Classe	1	-	-	-
Conselheiro	1	1	1	-
Primeiro-Secretário	1	-	2	2
Segundo-Secretário	-	-	-	-
Terceiro-Secretário	-	-	-	-
Oficial de Chancelaria	-	-	-	-
Assistente de Chancelaria	1	-	-	-

Fonte: os autores, com base em informações obtidas junto ao MRE por meio de pedido de acesso à informação via Fala.BR, NUP 09002.001986/2024-75.

Tabela 5 - Adidos Militares do Brasil

Europa	Ásia	África	América do Sul
Alemanha (*Holanda)* Espanha *(Marrocos)* França (*Bélgica*) Inglaterra (*Noruega*) Itália (*Eslovênia*) Polônia Portugal República Tcheca (*Eslováquia*) Suécia	Coreia do Sul Emirados Árabes Unidos (*Arábia Saudita*) Índia Irã Iraque Israel Japão Líbano República Popular da China Rússia Turquia (*Ucrânia*)	África do Sul Angola (*São Tomé e* *Príncipe*) Cabo Verde Egito Moçambique Namíbia Nigéria (*Gana*) Senegal (*Benin e Togo*)	Argentina Bolívia Chile Colômbia Equador Guiana Paraguai Peru Suriname Uruguai Venezuela
15 Nações	**13 Nações**	**12 Nações**	**11 Nações**

América do Norte	Oceania	América Central
Canadá Estados Unidos da América México	Austrália (*Timor-Leste*)	Guatemala
03 Nações	**02 Nações**	**01 Nação**

***** Total de 44 adidos militares contemplando 57 Nações. Entre parênteses países onde adidos de outros países são acreditados. Por exemplo, o Adido da Alemanha é também acreditado junto ao Governo da Holanda.

Fonte: Os autores, com base no Decreto nº 5.294, de 1º de dezembro de 2004, com alterações posteriores.

Tabela 6 – Militares Brasileiros em Missões de Paz da ONU

Missão	Efetivo total por missão	Oficiais superiores por missão
Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO)	23	7 (6 EB, 1 FAB)
Missão das Nações Unidas na República do Sudão do Sul (UNMISS)	12	8 (4 EB, 2 MB, 2 FAB)
Missão Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL)	11	5 (3 EB, 1 MB, 1 FAB)
Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização na República Centro-Africana (MINUSCA)	9 + 1 Policial Militar	7 (3 EB, 3 MB, 1 FAB)
Missão das Nações Unidas para o Referendo no *Sahara* Ocidental (MINURSO)	10	4 EB
Força de Segurança Interina das Nações Unidas para o Abyei (UNISFA)	5	3 (2 MB, 1 FAB)
Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas no Chipre (UNFICYP)	2 + 1 Policial Militar	2 (1 EB, 1 FAB)
Missão de Verificação das Nações Unidas na Colômbia (UNVMC)	3	2 (1 EB, 1 FAB)
Missão das Nações Unidas para Apoiar o Acordo de *Hudaydah* (UNMHA)	2	2 EB
Missão de Assistência das Nações Unidas na Somália (UNSOM)	2 Policiais Militares	x
Total do efetivo	**81**	**40**

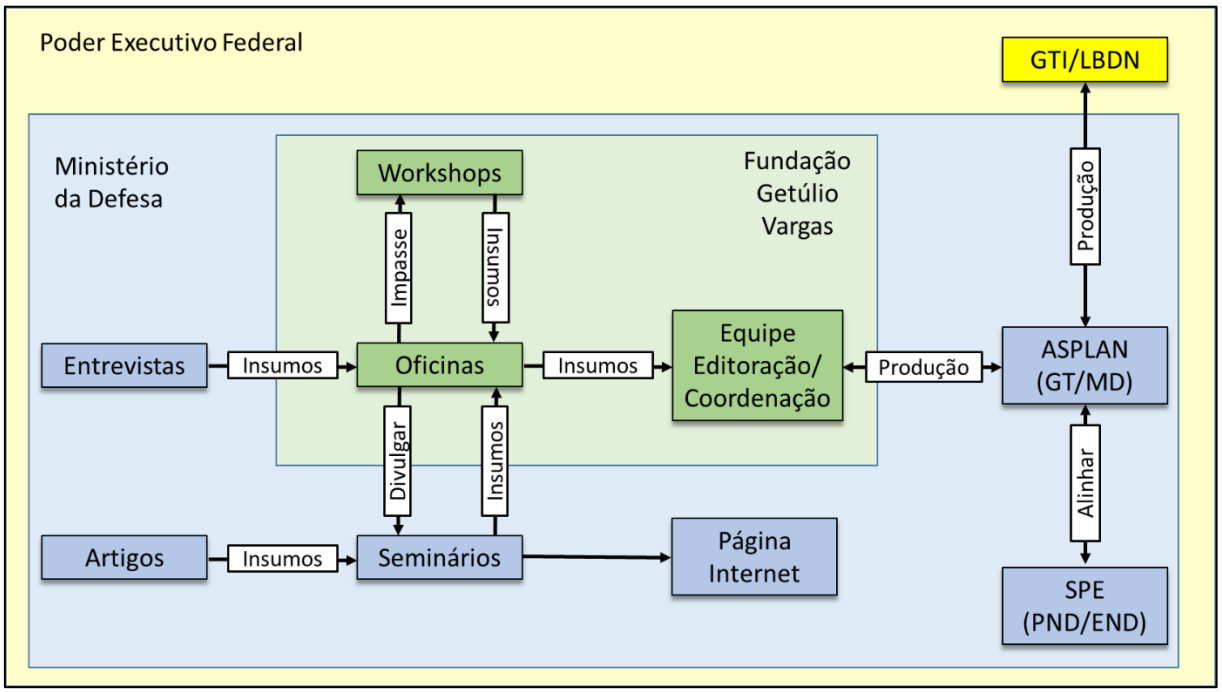
Fonte: Os autores, com base em respostas de pedido à informação por meio do Fala.BR, NUP 60110.002976/2024-87 e 60110.002996/2024-58.

Tabela 7 – Reuniões bilaterais MD/MRE entre Brasil e outros países

País	Anos de realização
Alemanha	2024
Argentina	2018 e 2023
Canadá	2018 e 2022
Chile	2018, 2019 e 2023
Colômbia	2018
Estados Unidos da América	2017, 2019 e 2023
França	2017, 2019, 2022 e 2024
Índia	2024
Itália	2019 e 2024
Paraguai	2016
Peru	Não informado
Reino Unido	2021
Rússia	2022
Suécia	2017, 2018, 2020 e 2022
Todos da América do Sul	2023

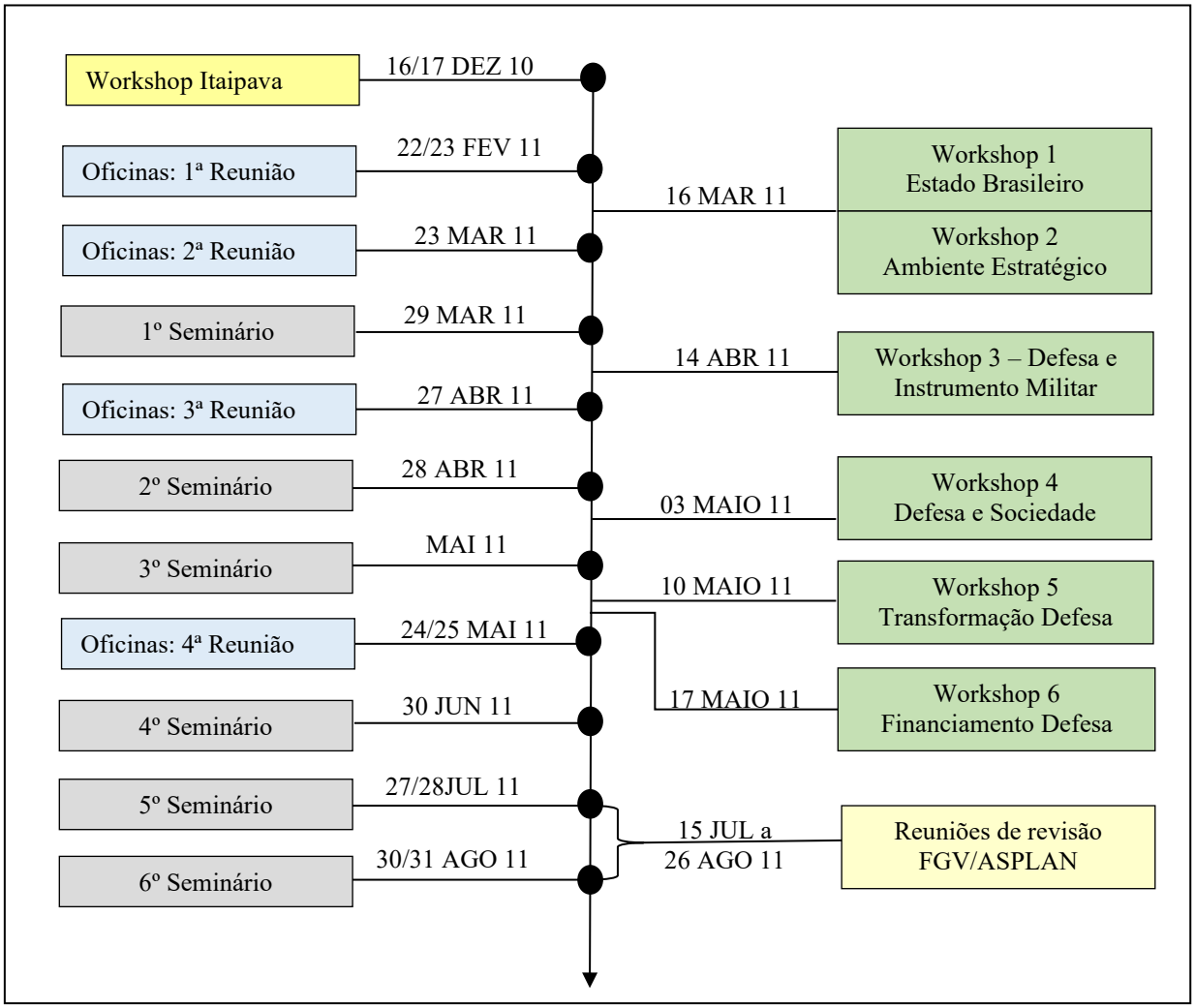
Fonte: Os autores, com base em informações recebidas do MRE e do MD, por meio do Fala.BR, NUP 09002.002153/2024-21 (MRE) e NUP 60110.003043/2024-15 (MD).

Quadro 4 – Mecanismos para o Livro Branco de 2012.



Fonte: Gröhs, 2022.

Quadro 5 – Cronologia dos eventos voltados para elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional de 2012



Fonte: Gröhs, 2022.

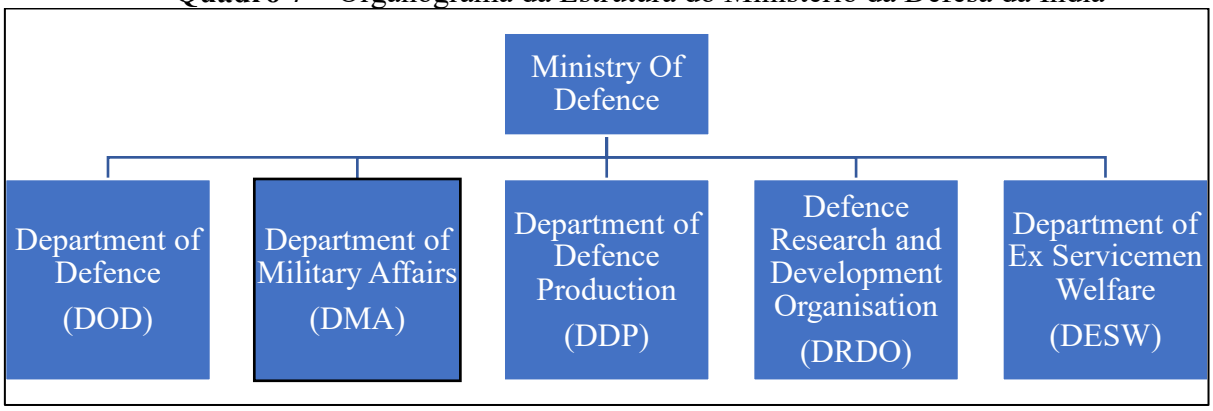
Quadro 6 – Oficinas temáticas e Seminários para o Livro Branco de Defesa Nacional de 2012

Oficinas temáticas		Seminários	
1ª - O Estado Brasileiro e a Identidade Nacional		4º - O Estado Brasileiro e a Identidade Nacional	30 JUN 2011 Recife/PE
2ª - O Ambiente Estratégico do Século XXI		2º - O Ambiente Estratégico do Século XXI	28 ABR 2011 Porto Alegre/RS
3ª - A Defesa e o Instrumento Militar		3º - A Defesa e o Instrumento Militar	MAI 2011 Manaus/AM
4ª - A Sinergia entre a Defesa e a Sociedade		1º - A Sinergia entre a Defesa e a Sociedade	29 MAR 2011 Campo Grande/MS
5ª - A Transformação da Defesa		5º - A Transformação da Defesa	27/28 JUL 2011 Rio de Janeiro/RJ
6ª - O Financiamento da Defesa		6º - O Financiamento da Defesa e o Processo de Aquisição	30/31 AGO 2011 São Paulo/SP

Fonte: Gröhs, 2022.

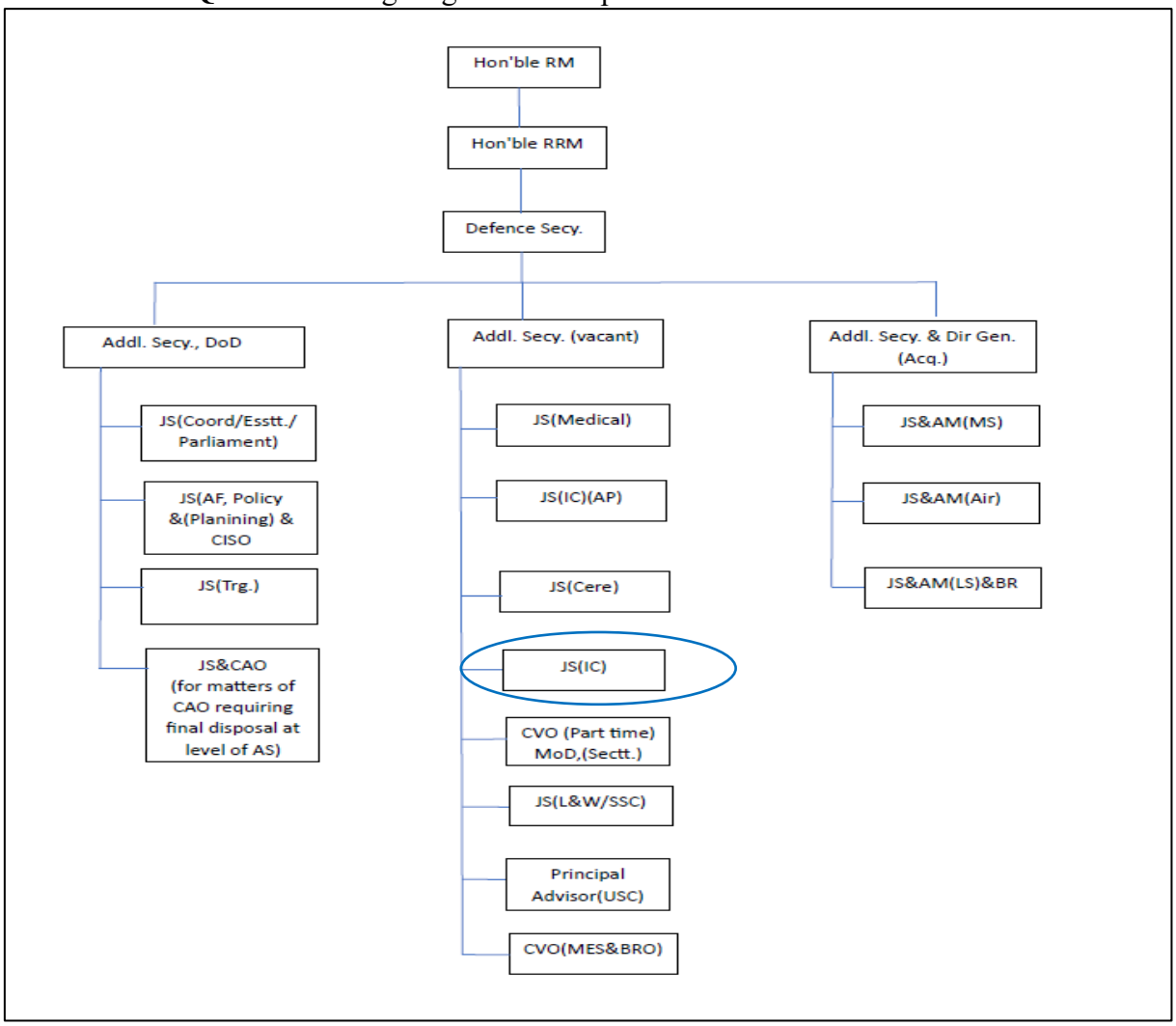
APÊNDICE D – INFORMAÇÕES SOBRE ÍNDIA

Quadro 7 – Organograma da Estrutura do Ministério da Defesa da Índia



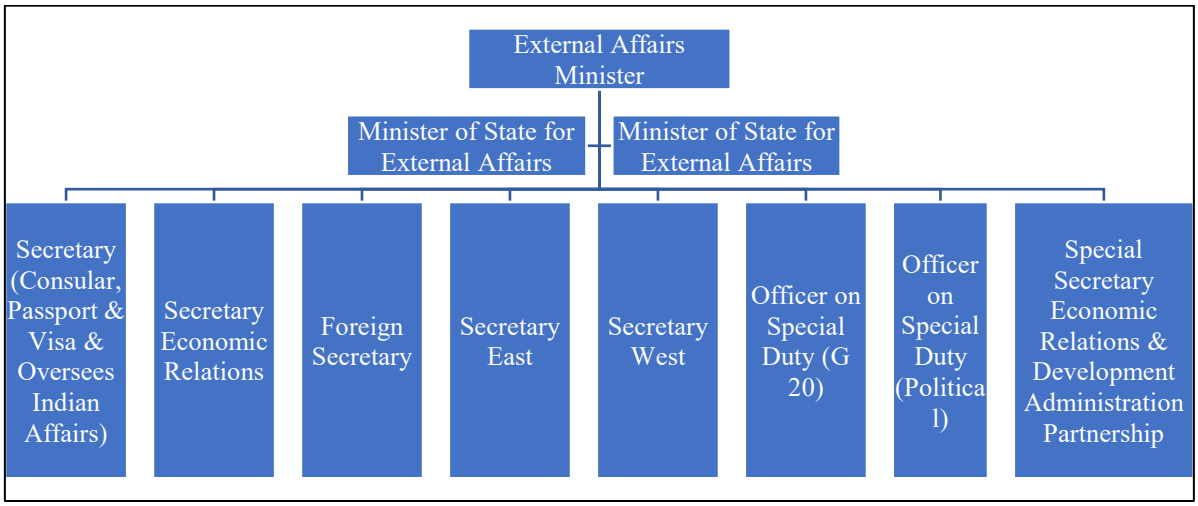
Fonte: Ministério da Defesa. Disponível em: https://www.mod.gov.in. Acesso em: 01 Out. 2024.

Quadro 8 – Organograma do Departamento de Defesa da Índia



Fonte: Ministério da Defesa. Disponível em: https://www.mod.gov.in. Acesso em: 01 Out. 2024.

Quadro 9 – Organograma do Ministério das Relações Exteriores da Índia



Fonte: os autores, com base em informações do Ministério das Relações Exteriores da Índia.

Tabela 8 – Oficiais das Forças Armadas designados no Ministério das Relações Exteriores da Índia

Division	One Star & Above	Colonel or Equivalent	Lieutenant Colonel / Major or Equivalent
Counter Terrorism	-	01	-
Disarmament & International Security Affairs	01(one star)	-	-
E-Governance & Information Technology	-	01	01
G 20	-	-	01
Global Estate Management	-	03	01
Gulf	-	-	01
India – ASEAN Summit	-	02	-
Indian Ocean Region	01(one star)	-	-
Bangladesh Myanmar Division	-	01	-
Bureau of Security	-	01	-
Centre for Contemporary China Studies	01(Retired 3 star officer)	-	-
Policy, Planning & Research	01(3 star)	02	-
United Nations Political Division	-	-	01
Passport Seva Project	-	01	03
Southern Division	-	01	-
Total	**04**	**13**	**08**

Fonte: Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: https://www.mea.gov.in. Acesso em: 01 Out. 2024.

Tabela 9 – Adidos Militares da Índia

Ásia	Europa	África	América do Norte	América do Sul	Oceania
Philipines	Poland	Algeria	USA	Brazil	Australia
Armenia	Spain	Mozambique			
Bangladesh	Germany	Ethiopia			
Maldives	UK	Djibouti			
Cambodia	France	Tanzania			
Indonesia	Italy	Ivory Coast			
Myanmar	Russia	Mauritius			
Malaysia	Czech Republic	Seychelles			
Singapore	Ukraine	Kenya			
Japan	Romania	South Africa			
Republic of Korea	Greece	Egypt			
Thailand	Sweden	Nigeria			
Vietnam	Turkiye				
China					
Kazhakhstan					
Kyrgyzstan					
Uzbekistan					
Tajikistan					
Israel					
Oman					
Iran					
UAE					
Saudi Arabia					
Nepal					
Pakistan					
Sri Lanka					
26 Nações	**13 Nações**	**12 Nações**	**01 Nação**	**01 Nação**	**01 Nação**

*54 Nações e um Conselheiro Militar para a Missão Permanente das Nações Unidas em Nova Iorque. Deve-se ressaltar que alguns desses adidos, embora designados para um país maior, têm responsabilidades com outros países. Por exemplo, o Adido de Defesa designado para o Brasil é também o Adido de Defesa do Peru e da Argentina.

Fonte: Os autores com base em informações do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: https://www.mea.gov.in. Acesso em: 01 Out. 2024; e Sharma, Shivani. India expends global presence with 10 new defense wings, realigns Europe strategy. Disponível em: https://indiatoday.in. Acesso em: 01 Out. 2024.

Tabela 10 – Militares Indianos em Missões de Paz da ONU

Missão	Especialistas em Missão	Oficiais	Tropas	Componentes da Polícia	Total
Missões das Nações Unidas para o Referendo no Sahara Ocidental (MINURSO)	3	-	-	-	3
Missões Multidimensionais Integradas das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA)	-	3	-	-	3
Missão das Nações Unidas na República do Congo (MONUSCO)	11	27	1111	160	1309
Força de Observação do Desengajamento das Nações Unidas, Golan Heights (UNDOF)	-	14	188	-	202
Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas no Chipre (UNFICYP)	-	1	-	-	1
Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL)	-	22	876		898
Força de Segurança Interina das Nações Unidas para o Abyei (UNISFA)	7	15	570	1	593
Missão das Nações Unidas em Sudão do Sul (UNMISS)	19	57	2315	24	2415
Missão de Assistência das Nações Unidas na Somália (UNSOM)	1	-	-	-	1
Organização das Nações Unidas para a Supervisão da Trégua (UNTSO)	2	-	-	-	2
Total	**43**	**139**	**5060**	**185**	**5427***

* 5.427 Oficiais servem em Missões de Paz na ONU, 5.284 são homens e 143 são mulheres.

Fonte: Os autores, com base em informações do Department of Peace Operations. Disponível em: https://peacekeeping.dot.un.org. Acesso em: 01 Out. 2024.